

Regulação do Setor de Telecomunicações em 2018

2018 Statutes and Regulations of the Telecommunication Sector

Márcio Iório Aranha
João Alberto de Oliveira Lima
Renata Tonicelli de Mello Quelho

Sumário

Normas e Atos de 2018	182
Fundamentos	182
Conceitos Fundamentais	182
Era da Informação	182
Direito à Privacidade	182
Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações	182
Infraestrutura de Telecomunicações	182
Compartilhamento de Infraestrutura	182
Redes de Telecomunicações	183
Interconexão	183
Equipamentos de Telecomunicações	183
Espectro de Radiofrequência	183
Atribuição, Destinação e Distribuição de Radiofrequência	183
Condições de Uso de Radiofrequência e Canalização (Distribuição de Canais)	183
Direito de Uso de Radiofrequência	183
Administração do Setor de Telecomunicações	184
Fiscalização das Telecomunicações	184
Tributação no Setor de Telecomunicações	184
Prestação de Serviços	185
Espécies de Outorga	185
Concessão (regras aplicáveis)	185
Permissão (regras aplicáveis)	185
Autorização (regras aplicáveis)	185
Preço Público e Preço Privado	186
Políticas de Telecomunicações	186
Concorrência no Setor de Telecomunicações	186
Universalização e Massificação	187
Metas de Universalização	187
Fundos Setoriais de Telecomunicações	187
Pesquisa & Desenvolvimento	187
Sigilo em Telecomunicações	188
Serviço de Radiodifusão	188
Serviços no Setor de Telecomunicações	188
Internet	188
Radioamador	188
Radiodifusão	189
Serviço de Retransmissão de Rádio (RTR)	190
Serviço de Retransmissão de Televisão (RTV)	190
Serviço de Repetição de Televisão (RpTV)	191
Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)	191
Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)	191
Serviço Móvel Pessoal (SMP)	192
Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)	193
Ramos Jurídicos Afins	194
Direito Penal	194
Direito Administrativo	194
Aplicações de Telecomunicações	194

Aplicações Educacionais	194
Internet	195
Banda Larga	195
Governança Digital	196
Atores no Setor de Telecomunicações	196
ANATEL	196
Poder Executivo	196
Presidência da República	196
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	196
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	197
Poder Judiciário	197
STF	197
Prestadora / Operadora	197
Usuário / Consumidor	197
Estado-Membro	198
Normas Referenciadas	198
Lei Ordinária	198
Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018	198
Lei nº 13.642, de 3 de abril de 2018	198
Lei nº 13.644, de 4 de abril de 2018	198
Lei nº 13.649, de 11 de abril de 2018	199
Lei nº 13.673, de 5 de junho de 2018	199
Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018	199
Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018	199
Medida Provisória	200
Medida Provisória nº 869, de 27 de dezembro de 2018	200
Decreto	200
Decreto nº 9.270, de 25 de janeiro de 2018	200
Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018	200
Decreto nº 9.479, de 22 de agosto de 2018	201
Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018	201
Decreto nº 9.584, de 26 de novembro de 2018	201
Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018	202
Decreto nº 9.619, de 20 de dezembro de 2018	202
Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018	203
Portaria Ministerial	203
Portaria MCTIC nº 353, de 19 de janeiro de 2018	203
Portaria MCTIC nº 699, de 6 de fevereiro de 2018	203
Portaria MCTIC nº 720, de 7 de fevereiro de 2018	204
Portaria MCTIC nº 1.909, de 5 de abril de 2018	204
Portaria MCTIC nº 1.908, de 6 de abril de 2018	205
Portaria MCTIC nº 1.976, de 12 de abril de 2018	205
Portaria MCTIC nº 2.105, de 16 de abril de 2018	205
Portaria MCTIC nº 3.045, de 7 de junho de 2018	206
Portaria MCTIC nº 3.238, de 20 de junho de 2018	206
Portaria MCTIC nº 6.197, de 5 de dezembro de 2018	207
Resolução	207
Resolução da ANATEL nº 690, de 29 de janeiro de 2018	207
Resolução da ANATEL nº 691, de 22 de fevereiro de 2018	208
Resolução da ANATEL nº 692, de 12 de abril de 2018	209
Resolução da ANATEL nº 693, de 17 de julho de 2018	209
Resolução da ANATEL nº 694, de 17 de julho de 2018	209

Resolução da ANATEL nº 695, de 20 de julho de 2018	210
Resolução da ANATEL nº 696, de 23 de julho de 2018	211
Resolução da ANATEL nº 697, de 28 de agosto de 2018	211
Resolução da ANATEL nº 698, de 27 de setembro de 2018	212
Resolução da ANATEL nº 699, de 28 de setembro de 2018	212
Resolução da ANATEL nº 700, de 28 de setembro de 2018	212
Resolução da ANATEL nº 701, de 5 de outubro de 2018	213
Resolução da ANATEL nº 702, de 1º de novembro de 2018	213
Resolução da ANATEL nº 703, de 1º de novembro de 2018	214
Resolução da ANATEL nº 704, de 6 de novembro de 2018	214
Resolução da ANATEL nº 705, de 21 de dezembro de 2018	215
Julgados Referenciados	215
Acórdãos	215
Supremo Tribunal Federal (STF)	215
STF - ADI 4019 / SP	215
Atos Referenciados	215
Ato Administrativo	215
Decisão	215
Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 3 de janeiro de 2018 (Ref. nº 11/2018)	215
Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 20 de dezembro de 2018 (Ref. nº 726/2018)	216
Índice Alfabético e Remissivo	217

Normas e Atos de 2018

Fundamentos

Conceitos Fundamentais

Era da Informação



Normatização

Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018 - Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional.

Direito à Privacidade

Tema Conexo: Políticas de Telecomunicações : Sigilo em Telecomunicações.



Normatização

Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018 - Dispõe sobre o serviço telefônico de recebimento de denúncias e sobre recompensa por informações que auxiliem nas investigações policiais; e altera o art. 4o da Lei no 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para prover recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para esses fins.

- ✓ A Lei 13.608/2018 exige que a divulgação do Disque-Denúncia em veículos de concessionárias de transportes terrestres contenham expressões de garantia do anonimato.

Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações

Infraestrutura de Telecomunicações

Compartilhamento de Infraestrutura



Normatização

Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações.

- ✓ O Decreto 9.612/2018, de políticas públicas de telecomunicações, determina que a implantação da infraestrutura e dos serviços baseados em TIC prioritariamente em cidades com inexistência de redes de acesso de alta capacidade, com vistas à promoção da melhoria da qualidade, à oferta de novos serviços aos cidadãos e ao aumento da eficiência dos serviços públicos, ocorrerá por meio de contrato destinados ao compartilhamento de infraestrutura, bem como elenca o compartilhamento de infraestrutura como diretriz de orientação de atuação da ANATEL.

Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018 - Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional.

Redes de Telecomunicações

Interconexão



Normatização

Resolução da ANATEL nº 693, de 17 de julho de 2018 - Aprova o Regulamento Geral de Interconexão - RGI e altera o Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, o Regimento Interno da Anatel e os Regulamentos de Remuneração pelo uso de redes do Serviço Telefônico Fixo Comutado e do Serviço Móvel Pessoal.

Equipamentos de Telecomunicações



Normatização

Resolução da ANATEL nº 700, de 28 de setembro de 2018 - Aprova o Regulamento sobre a Avaliação da Exposição Humana a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos Associados à Operação de Estações Transmissoras de Radiocomunicação.

↳ **Anexo** - Anexo - Regulamento sobre a Avaliação da Exposição Humana a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos Associados à Operação de Estações Transmissoras de Radiocomunicação

Resolução da ANATEL nº 705, de 21 de dezembro de 2018 - Altera o Regulamento sobre Equipamentos de Radiocomunicação de Radiação Restrita.

Espectro de Radiofrequência

Atribuição, Destinação e Distribuição de Radiofrequência



Normatização

Resolução da ANATEL nº 697, de 28 de agosto de 2018 - Atribui e destina faixas de radiofrequência ao Serviço de Radioamador e aprova o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências pelo Serviço de Radioamador.

↳ **Anexo** - Anexo - Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências pelo Serviço de Radioamador

Condições de Uso de Radiofrequência e Canalização (Distribuição de Canais)



Normatização

Resolução da ANATEL nº 697, de 28 de agosto de 2018 - Atribui e destina faixas de radiofrequência ao Serviço de Radioamador e aprova o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências pelo Serviço de Radioamador.

↳ **Anexo** - Anexo - Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências pelo Serviço de Radioamador

Direito de Uso de Radiofrequência



Normatização

Resolução da ANATEL nº 703, de 1º de novembro de 2018 - Estabelece Limites Máximos de Quantidade de Espectro de Radiofrequências.

➔ **Anexo** - Anexo – Tabelas de subfaixas de radiofrequência abaixo de 1 GHz e entre 1 GHz e 3 GHz

Resolução da ANATEL nº 705, de 21 de dezembro de 2018 - Altera o Regulamento sobre Equipamentos de Radiocomunicação de Radiação Restrita.

Administração do Setor de Telecomunicações



Normatização

Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Fiscalização das Telecomunicações



Normatização

Portaria MCTIC nº 353, de 19 de janeiro de 2018 - Estabelece o valor máximo da multa por infração às disposições da Lei 4.117/62 (Código Brasileiro de Telecomunicações)

Resolução da ANATEL nº 700, de 28 de setembro de 2018 - Aprova o Regulamento sobre a Avaliação da Exposição Humana a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos Associados à Operação de Estações Transmissoras de Radiocomunicação.

➔ **Anexo** - Anexo - Regulamento sobre a Avaliação da Exposição Humana a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos Associados à Operação de Estações Transmissoras de Radiocomunicação



Atos

Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 20 de dezembro de 2018 (Ref. nº 726/2018) - Função pública de promoção da integração social por meio do acesso ao conteúdo de TV, mesmo que inscrita em lei estadual de criação de órgão da Administração Pública com dita competência, não se sobrepõe ao dever geral de obediência à prévia outorga do direito de uso de radiofrequência, de competência da União. Mora da Administração Pública federal na outorga do Serviço de Retransmissão de Televisão (RTV) e consequente uso não autorizado de radiofrequência na execução não outorgada do RTV não configuram atenuante ou excludente de ilicitude pela prática de infração de natureza grave, nos termos do art. 80 do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências (RUE/2001), aprovado pela Res. ANATEL nº 259, de 19 de abril de 2001.

Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 3 de janeiro de 2018 (Ref. nº 11/2018) - Não há direito à suspensão de processos administrativos por descumprimento de obrigações afetas à prestadora de serviços de telecomunicações em recuperação judicial.

Tributação no Setor de Telecomunicações



Normatização

Resolução da ANATEL nº 690, de 29 de janeiro de 2018 - Aprova o Regulamento de Restituição e Compensação das Receitas Administradas pela Anatel e dá outras providências.

ARANHA, M.; LIMA, J.; QUELHO, R. *Regulação do Setor de Telecomunicações em 2018*. **Revista de Direito, Estado e Telecomunicações**, v. 11, n. 2, p. 177-230, outubro 2019.

DOI: <https://doi.org/10.26512/lstr.v11i2.27083>

- **Anexo** - Anexo - Regulamento de Restituição e Compensação das Receitas Administradas pela Anatel

Prestação de Serviços

Espécies de Outorga

Concessão (regras aplicáveis)



Normatização

Decreto nº 9.619, de 20 de dezembro de 2018 - Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público.

- **Anexo 1** - Anexo I – Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público
- **Anexo 2** - Anexo II – Telefones de Uso Público das Concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado na Modalidade Local
- **Anexo 3** - Anexo III – Telefones de Uso Público das Concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado nas Modalidades Longa Distância Nacional e Internacional
- **Anexo 4** - Anexo IV – Localidade a serem atendidas por Sistemas de Acesso Fixo sem Fio

Resolução da ANATEL nº 702, de 1º de novembro de 2018 - Aprova o Regulamento de cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite e estabelece o Preço Público para a autorização, a adaptação, a consolidação e a transferência de autorização, permissão e concessão de serviços de telecomunicações.

- **Anexo** - Anexo - Regulamento de cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite

Permissão (regras aplicáveis)



Normatização

Resolução da ANATEL nº 702, de 1º de novembro de 2018 - Aprova o Regulamento de cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite e estabelece o Preço Público para a autorização, a adaptação, a consolidação e a transferência de autorização, permissão e concessão de serviços de telecomunicações.

- **Anexo** - Anexo - Regulamento de cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite

Autorização (regras aplicáveis)



Normatização

Resolução da ANATEL nº 702, de 1º de novembro de 2018 - Aprova o Regulamento de cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite e estabelece o Preço Público para a autorização, a adaptação, a consolidação e a transferência de autorização, permissão e concessão de serviços de telecomunicações.

- **Anexo** - Anexo - Regulamento de cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite

Preço Público e Preço Privado



Normatização

Resolução da ANATEL nº 695, de 20 de julho de 2018 - Aprova o Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências.

➔ **Anexo** - Anexo - Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências

Resolução da ANATEL nº 702, de 1º de novembro de 2018 - Aprova o Regulamento de cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite e estabelece o Preço Público para a autorização, a adaptação, a consolidação e a transferência de autorização, permissão e concessão de serviços de telecomunicações.

➔ **Anexo** - Anexo - Regulamento de cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite

Políticas de Telecomunicações



Normatização

Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018 - Institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital.

➔ **Anexo 1** - Anexo I – Eixos Temáticos da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital – E-Digital

➔ **Anexo 2**

Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações.

Concorrência no Setor de Telecomunicações



Concorrência no Setor de Telecomunicações

O Serviço de Comunicação Multimídia apresenta-se como serviço convergente com pretensão de introduzir utilidades concorrentes às fornecidas por serviços tradicionais do setor.



Normatização

Resolução da ANATEL nº 694, de 17 de julho de 2018 - Altera o Plano Geral de Metas de Competição – PGMC, aprovado pela Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012; o Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, aprovado pela Resolução nº 588, de 7 de maio de 2012; o Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do Serviço Móvel Pessoal – SMP, aprovado pela Resolução nº 438, de 10 de julho de 2006; a Resolução nº 396, de 31 de março de 2005; o Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução nº 589, de 7 de maio de 2012; revoga a Resolução nº 437, de 8 de junho de 2006; e dá outras providências.

➔ **Anexo 1** - Anexo I – Diretrizes Metodológicas para Identificação de Mercado Relevante de Atacado e dos Grupos com PMS

➔ **Anexo 2** - Anexo II – Mercados Relevantes e Medidas Regulatórias Assimétricas

➔ **Anexo 3** - Anexo III – Homologação de Ofertas de Referência de Produtos de Atacado

➤ **Anexo 4** - Anexo IV – Categorização dos Municípios

Resolução da ANATEL nº 704, de 6 de novembro de 2018 - Altera o Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia (RGQ-SCM), aprovado pela Resolução nº 574, de 28 de outubro de 2011, o Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal (RGQ-SMP), aprovado pela Resolução nº 575, de 28 de outubro de 2011, o Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (RGQ-STFC), aprovado pela Resolução nº 605, de 26 de dezembro de 2012, o Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 614, de 28 de maio de 2013, e o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações – RGC, Resolução nº 632, de 7 de março de 2014.

Universalização e Massificação

Metas de Universalização



Normatização

Decreto nº 9.619, de 20 de dezembro de 2018 - Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público.

➤ **Anexo 1** - Anexo I – Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público

➤ **Anexo 2** - Anexo II – Telefones de Uso Público das Concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado na Modalidade Local

➤ **Anexo 3** - Anexo III – Telefones de Uso Público das Concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado nas Modalidades Longa Distância Nacional e Internacional

➤ **Anexo 4** - Anexo IV – Localidade a serem atendidas por Sistemas de Acesso Fixo sem Fio



Atos

Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 3 de janeiro de 2018 (Ref. nº 11/2018)

- Não há direito à suspensão de processos administrativos por descumprimento de obrigações afetas à prestadora de serviços de telecomunicações em recuperação judicial.

Fundos Setoriais de Telecomunicações



Normatização

Resolução da ANATEL nº 690, de 29 de janeiro de 2018 - Aprova o Regulamento de Restituição e Compensação das Receitas Administradas pela Anatel e dá outras providências.

➤ **Anexo** - Anexo - Regulamento de Restituição e Compensação das Receitas Administradas pela Anatel

Pesquisa & Desenvolvimento



Normatização

Resolução da ANATEL nº 691, de 22 de fevereiro de 2018 - Cria Centro de Altos Estudos em Telecomunicações – Ceatel e dá outras providências

Sigilo em Telecomunicações

Tema Conexa: Fundamentos : Conceitos Fundamentais : Direito à Privacidade.



Normatização

Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018 - Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional.

Serviço de Radiodifusão

Tema Conexa: Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão.

Serviços no Setor de Telecomunicações

Internet



Normatização

Lei nº 13.642, de 3 de abril de 2018 - Altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres.

Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 [①] - Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet)

Medida Provisória nº 869, de 27 de dezembro de 2018 - Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, e dá outras providências.

Decreto nº 9.584, de 26 de novembro de 2018 - Altera o Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016, para instituir a Rede Nacional de Governo Digital.

Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018 - Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional.

Radioamador



Normatização

Resolução da ANATEL nº 697, de 28 de agosto de 2018 - Atribui e destina faixas de radiofrequência ao Serviço de Radioamador e aprova o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências pelo Serviço de Radioamador.

➔ **Anexo** - Anexo - Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências pelo Serviço de Radioamador

Radiodifusão

Temas Conexos: Classificações de Serviços no Setor de Telecomunicações : Quanto ao Gênero : Serviço de Radiodifusão e Atores no Setor de Telecomunicações : Poder Executivo : Ministério das Comunicações.

Competência da Presidência da República para outorgar, por meio de concessão, a exploração dos serviços de radiodifusão de sons e imagens, e do Ministério das Comunicações para outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora.



Normatização

Lei nº 13.644, de 4 de abril de 2018 - Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre o horário de retransmissão obrigatória do programa oficial dos Poderes da República pelas emissoras de radiodifusão sonora.

Decreto nº 9.270, de 25 de janeiro de 2018 - Fixa prazo para manifestação de interesse na adaptação de outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, de caráter local, regional e nacional, para a execução do serviço de radiodifusão em frequência modulada.

Portaria MCTIC nº 353, de 19 de janeiro de 2018 - Estabelece o valor máximo da multa por infração às disposições da Lei 4.117/62 (Código Brasileiro de Telecomunicações)

Portaria MCTIC nº 699, de 6 de fevereiro de 2018 [①] - Disciplina e aprova as regras para utilização de canais virtuais pelas entidades executantes dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD- T.

➤ **Anexo** - Anexo – Declaração sobre Utilização de Redes de Frequência Única (SFN – Single Frequency Networks) para Designação de Canal Virtual (RTVD)

Portaria MCTIC nº 1.909, de 5 de abril de 2018 - Altera a Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, que dispõe sobre o serviço de radiodifusão comunitária.

Portaria MCTIC nº 1.908, de 6 de abril de 2018 - Altera a Portaria MCTIC nº 699, de 06.02.2018, que disciplina e aprova as regras para utilização de canais virtuais pelas entidades executantes dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD- T.

Portaria MCTIC nº 1.976, de 12 de abril de 2018 - Altera a Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, que dispõe sobre o serviço de radiodifusão comunitária

Portaria MCTIC nº 2.105, de 16 de abril de 2018 - Estabelece a exibição de cartela informativa pelas entidades que executam o serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens e o serviço de Retransmissão de Televisão, em tecnologia digital, que alterarem seu canal físico, orientando a população quanto aos procedimentos de sintonia do novo canal.

Portaria MCTIC nº 3.045, de 7 de junho de 2018 - Dispõe sobre a destinação do saldo de recursos remanescente, proveniente da licitação de que trata o Edital nº 2/2014-SOR/SPR/CD-ANATEL, administrados pela Associação Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV – EAD.

Portaria MCTIC nº 3.238, de 20 de junho de 2018 - Dispõe sobre permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.

- ➔ **Anexo 1** - Anexo I – Requerimento de Outorga para Pessoas Jurídicas de Direito Público
- ➔ **Anexo 10** - Anexo X – Requerimento de Transferência de Outorga para quando a Cedente for Instituição de Educação Superior de Natureza Privada e a Cessionária for Pessoa Jurídica de Direito Público ou outra Instituição de Educação Superior de Natureza Privada
- ➔ **Anexo 11** - Anexo XI – Requerimento de Transferência de Outorga para quando a Cedente for Fundação de Direito Privado e a Cessionária for Pessoa Jurídica de Direito Público, Instituição de Educação Superior de Natureza Privada ou outra Fundação de Direito Privado
- ➔ **Anexo 2** - Anexo II – Requerimento de Outorga para Instituições de Educação Superior de Natureza Privada
- ➔ **Anexo 3** - Anexo III – Requerimento de Outorga para as Fundações de Direito Privado
- ➔ **Anexo 4** - Anexo IV – Requerimento de Renovação de Outorga para as Pessoas Jurídicas de Direito Público
- ➔ **Anexo 5** - Anexo V – Requerimento de Renovação de Outorga para as Instituições de Educação Superior de Natureza Privada
- ➔ **Anexo 6** - Anexo VI – Requerimento de Renovação de Outorga para as Fundações de Direito Privado
- ➔ **Anexo 7** - Anexo VII – Comunicação de Alteração de Quadro Diretivo/Societário
- ➔ **Anexo 8** - Anexo VIII – Comunicação de Alteração Estatutária e Contratual
- ➔ **Anexo 9** - Anexo IX – Requerimento de Transferência de Outorga para as Pessoas Jurídicas de Direito Público

Serviço de Retransmissão de Rádio (RTR)

Normatização

Lei nº 13.649, de 11 de abril de 2018 - Dispõe sobre o Serviço de Retransmissão de Rádio (RTR) na Amazônia Legal

Serviço de Retransmissão de Televisão (RTV)

Normatização

Decreto nº 9.479, de 22 de agosto de 2018 - Altera o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, aprovado pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

Portaria MCTIC nº 6.197, de 5 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens.

- ➔ **Anexo 1** - Anexo I – Requerimento de Autorização para Execução do Serviço de Retransmissão de Televisão em Caráter Primário
- ➔ **Anexo 2** - Anexo II – Requerimento de Autorização para Execução do Serviço de Retransmissão de Televisão em Caráter Secundário
- ➔ **Anexo 3** - Anexo III – Requerimento de Transferência da Autorização



Atos

Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 20 de dezembro de 2018 (Ref. nº 726/2018) - Função pública de promoção da integração social por meio do acesso ao conteúdo de TV, mesmo que inscrita em lei estadual de criação de órgão da Administração Pública com dita competência, não se sobrepõe ao dever geral de obediência à prévia outorga do direito de uso de radiofrequência, de competência da União. Mora da Administração Pública federal na outorga do Serviço de Retransmissão de Televisão (RTV) e conseqüente uso não autorizado de radiofrequência na execução não outorgada do RTV não configuram atenuante ou excludente de ilicitude pela prática de infração de natureza grave, nos termos do art. 80 do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências (RUE/2001), aprovado pela Res. ANATEL nº 259, de 19 de abril de 2001.


Serviço de Repetição de Televisão (RpTV)



Normatização

Decreto nº 9.479, de 22 de agosto de 2018 - Altera o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, aprovado pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)



Normatização

Resolução da ANATEL nº 692, de 12 de abril de 2018 - Altera o Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013.

Resolução da ANATEL nº 694, de 17 de julho de 2018 - Altera o Plano Geral de Metas de Competição – PGMC, aprovado pela Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012; o Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, aprovado pela Resolução nº 588, de 7 de maio de 2012; o Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do Serviço Móvel Pessoal – SMP, aprovado pela Resolução nº 438, de 10 de julho de 2006; a Resolução nº 396, de 31 de março de 2005; o Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução nº 589, de 7 de maio de 2012; revoga a Resolução nº 437, de 8 de junho de 2006; e dá outras providências.

- **Anexo 1** - Anexo I – Diretrizes Metodológicas para Identificação de Mercado Relevante de Atacado e dos Grupos com PMS
- **Anexo 2** - Anexo II – Mercados Relevantes e Medidas Regulatórias Assimétricas
- **Anexo 3** - Anexo III – Homologação de Ofertas de Referência de Produtos de Atacado
- **Anexo 4** - Anexo IV – Categorização dos Municípios

Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)



Normatização

Resolução da ANATEL nº 694, de 17 de julho de 2018 - Altera o Plano Geral de Metas de Competição – PGMC, aprovado pela Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012; o Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do Serviço

Telefônico Fixo Comutado – STFC, aprovado pela Resolução nº 588, de 7 de maio de 2012; o Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do Serviço Móvel Pessoal – SMP, aprovado pela Resolução nº 438, de 10 de julho de 2006; a Resolução nº 396, de 31 de março de 2005; o Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução nº 589, de 7 de maio de 2012; revoga a Resolução nº 437, de 8 de junho de 2006; e dá outras providências.

➔ **Anexo 1** - Anexo I – Diretrizes Metodológicas para Identificação de Mercado Relevante de Atacado e dos Grupos com PMS

➔ **Anexo 2** - Anexo II – Mercados Relevantes e Medidas Regulatórias Assimétricas

➔ **Anexo 3** - Anexo III – Homologação de Ofertas de Referência de Produtos de Atacado

➔ **Anexo 4** - Anexo IV – Categorização dos Municípios

Resolução da ANATEL nº 704, de 6 de novembro de 2018 - Altera o Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia (RGQ-SCM), aprovado pela Resolução nº 574, de 28 de outubro de 2011, o Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal (RGQ-SMP), aprovado pela Resolução nº 575, de 28 de outubro de 2011, o Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (RGQ-STFC), aprovado pela Resolução nº 605, de 26 de dezembro de 2012, o Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 614, de 28 de maio de 2013, e o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações – RGC, Resolução nº 632, de 7 de março de 2014.

Serviço Móvel Pessoal (SMP)



Normatização

Portaria MCTIC nº 3.045, de 7 de junho de 2018 - Dispõe sobre a destinação do saldo de recursos remanescente, proveniente da licitação de que trata o Edital nº 2/2014-SOR/SPR/CD-ANATEL, administrados pela Associação Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV – EAD.

Resolução da ANATEL nº 694, de 17 de julho de 2018 - Altera o Plano Geral de Metas de Competição – PGMC, aprovado pela Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012; o Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, aprovado pela Resolução nº 588, de 7 de maio de 2012; o Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do Serviço Móvel Pessoal – SMP, aprovado pela Resolução nº 438, de 10 de julho de 2006; a Resolução nº 396, de 31 de março de 2005; o Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução nº 589, de 7 de maio de 2012; revoga a Resolução nº 437, de 8 de junho de 2006; e dá outras providências.

➔ **Anexo 1** - Anexo I – Diretrizes Metodológicas para Identificação de Mercado Relevante de Atacado e dos Grupos com PMS

➔ **Anexo 2** - Anexo II – Mercados Relevantes e Medidas Regulatórias Assimétricas

➔ **Anexo 3** - Anexo III – Homologação de Ofertas de Referência de Produtos de Atacado

➔ **Anexo 4** - Anexo IV – Categorização dos Municípios

Resolução da ANATEL nº 703, de 1º de novembro de 2018 - Estabelece Limites Máximos de Quantidade de Espectro de Radiofrequências.

➔ **Anexo** - Anexo – Tabelas de subfaixas de radiofrequência abaixo de 1 GHz e entre 1 GHz e 3 GHz

Resolução da ANATEL nº 704, de 6 de novembro de 2018 - Altera o Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia (RGQ-SCM), aprovado pela Resolução nº 574, de 28 de outubro de 2011, o Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal (RGQ-SMP), aprovado pela Resolução nº 575, de 28 de outubro de 2011, o Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (RGQ-STFC), aprovado pela Resolução nº 605, de 26 de dezembro de 2012, o Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 614, de 28 de maio de 2013, e o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações – RGC, Resolução nº 632, de 7 de março de 2014.

Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)



Jurisprudência

Supremo Tribunal Federal - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4019 (STF ADI 4019 / SP - São Paulo) - Relator: Min. Luiz Fux - Plenário do STF - Unânime - j. 13-12-2018 - Diário da Justiça, 05-02-2019. [Catalogação de Marcio Iorio Aranha]
 ✓ Declarada a inconstitucionalidade da Lei nº 12.155, de 19 de dezembro de 2005, do Estado de São Paulo, que determinava a discriminação detalhada nas contas telefônicas das ligações locais. (Catalogado por: Márcio Iorio Aranha).



Normatização

Decreto nº 9.619, de 20 de dezembro de 2018 - Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público.

- **Anexo 1** - Anexo I – Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público
- **Anexo 2** - Anexo II – Telefones de Uso Público das Concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado na Modalidade Local
- **Anexo 3** - Anexo III – Telefones de Uso Público das Concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado nas Modalidades Longa Distância Nacional e Internacional
- **Anexo 4** - Anexo IV – Localidade a serem atendidas por Sistemas de Acesso Fixo sem Fio

Resolução da ANATEL nº 699, de 28 de setembro de 2018 - Altera o Anexo II ao Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC.

- **Anexo** - Anexo – Alterações ao Anexo II do Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC

Resolução da ANATEL nº 701, de 5 de outubro de 2018 - Aprova alteração de Áreas de Tarifação do STFC e do Plano Geral de Códigos Nacionais – PGCN, para (...), aprova alteração de Áreas Locais para o STFC, para excluir o município de Rio Negro-PR da Área Local de Curitiba e aprova alteração de tratamentos locais, em face das alterações anteriores.

- **Anexo 1** - Anexo I – Alteração das Áreas de Tarifação do STFC
- **Anexo 2** - Anexo II – Alteração de Códigos Nacionais do PGCN
- **Anexo 3** - Anexo III – Alteração de Áreas Locais do STFC
- **Anexo 4** - Anexo IV – Exclusões, inclusão e alteração de Tratamentos Locais para o STFC

Resolução da ANATEL nº 704, de 6 de novembro de 2018 - Altera o Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia (RGQ-SCM), aprovado pela Resolução nº 574, de 28 de outubro de 2011, o Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal (RGQ-SMP), aprovado pela Resolução nº 575, de 28 de outubro de 2011, o Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (RGQ-STFC), aprovado pela Resolução nº 605, de 26 de dezembro de 2012, o Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 614, de 28 de maio de 2013, e o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações – RGC, Resolução nº 632, de 7 de março de 2014.

Ramos Jurídicos Afins

Direito Penal



Direito Penal

O art.3º do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas prevê que as sanções nele dispostas são aplicáveis sem prejuízo das medidas previstas na legislação consumerista e das sanções de natureza civil e penal, inclusive a prevista pelo art.183 da Lei nº 9.472/1997.



Normatização

Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018 - Dispõe sobre o serviço telefônico de recebimento de denúncias e sobre recompensa por informações que auxiliem nas investigações policiais; e altera o art. 4o da Lei no 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para prover recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para esses fins.

Direito Administrativo



Normatização

Resolução da ANATEL nº 691, de 22 de fevereiro de 2018 - Cria Centro de Altos Estudos em Telecomunicações – Ceatel e dá outras providências

Aplicações de Telecomunicações

Aplicações Educacionais



Normatização

Portaria MCTIC nº 3.238, de 20 de junho de 2018 - Dispõe sobre permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.

➔ **Anexo 1** - Anexo I – Requerimento de Outorga para Pessoas Jurídicas de Direito Público

➔ **Anexo 10** - Anexo X – Requerimento de Transferência de Outorga para quando a Cedente for Instituição de Educação Superior de Natureza Privada e a Cessionária for Pessoa Jurídica de Direito Público ou outra Instituição de Educação Superior de Natureza Privada

➔ **Anexo 11** - Anexo XI – Requerimento de Transferência de Outorga para quando a Cedente for Fundação de Direito Privado e a Cessionária for Pessoa Jurídica de

ARANHA, M.; LIMA, J.; QUELHO, R. *Regulação do Setor de Telecomunicações em 2018*. **Revista de Direito, Estado e Telecomunicações**, v. 11, n. 2, p. 177-230, outubro 2019.

DOI: <https://doi.org/10.26512/lstr.v11i2.27083>

Direito Público, Instituição de Educação Superior de Natureza Privada ou outra Fundação de Direito Privado

- **Anexo 2** - Anexo II – Requerimento de Outorga para Instituições de Educação Superior de Natureza Privada
- **Anexo 3** - Anexo III – Requerimento de Outorga para as Fundações de Direito Privado
- **Anexo 4** - Anexo IV – Requerimento de Renovação de Outorga para as Pessoas Jurídicas de Direito Público
- **Anexo 5** - Anexo V – Requerimento de Renovação de Outorga para as Instituições de Educação Superior de Natureza Privada
- **Anexo 6** - Anexo VI – Requerimento de Renovação de Outorga para as Fundações de Direito Privado
- **Anexo 7** - Anexo VII – Comunicação de Alteração de Quadro Diretivo/Societário
- **Anexo 8** - Anexo VIII – Comunicação de Alteração Estatutária e Contratual
- **Anexo 9** - Anexo IX – Requerimento de Transferência de Outorga para as Pessoas Jurídicas de Direito Público

Internet



Normatização

Lei nº 13.642, de 3 de abril de 2018 - Altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres.

Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 [①] - Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet)

Medida Provisória nº 869, de 27 de dezembro de 2018 - Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, e dá outras providências.

Decreto nº 9.584, de 26 de novembro de 2018 - Altera o Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016, para instituir a Rede Nacional de Governo Digital.

Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018 - Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional.

Banda Larga



Normatização

Decreto nº 9.584, de 26 de novembro de 2018 - Altera o Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016, para instituir a Rede Nacional de Governo Digital.

Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018 - Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art.

24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional.

Governança Digital



Normatização

Decreto nº 9.584, de 26 de novembro de 2018 - Altera o Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016, para instituir a Rede Nacional de Governo Digital.

Atores no Setor de Telecomunicações

ANATEL



Normatização

Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Resolução da ANATEL nº 691, de 22 de fevereiro de 2018 - Cria Centro de Altos Estudos em Telecomunicações – Ceatel e dá outras providências

Resolução da ANATEL nº 696, de 23 de julho de 2018 - Revoga a Resolução nº 530, de 10 de junho de 2009, que autoriza valores para aquisição ou alienação de bens móveis e imóveis e para a contratação de obras e serviços de terceiros.

Resolução da ANATEL nº 698, de 27 de setembro de 2018 - Institui o Comitê de Prestadoras de Pequeno Porte de Serviços de Telecomunicações junto à Anatel e aprova seu Regimento Interno.

➔ **Anexo** - Anexo - Regimento Interno do Comitê de Prestadoras de Pequeno Porte de Serviços de Telecomunicações junto à ANATEL

Poder Executivo

Presidência da República



Normatização

Decreto nº 9.619, de 20 de dezembro de 2018 - Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público.

➔ **Anexo 1** - Anexo I – Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público

➔ **Anexo 2** - Anexo II – Telefones de Uso Público das Concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado na Modalidade Local

➔ **Anexo 3** - Anexo III – Telefones de Uso Público das Concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado nas Modalidades Longa Distância Nacional e Internacional

➔ **Anexo 4** - Anexo IV – Localidade a serem atendidas por Sistemas de Acesso Fixo sem Fio

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Tema Conexo: Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão.



Normatização

Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018 - Institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital.

↳ **Anexo 1** - Anexo I – Eixos Temáticos da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital – E-Digital

↳ **Anexo 2**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão



Normatização

Decreto nº 9.584, de 26 de novembro de 2018 - Altera o Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016, para instituir a Rede Nacional de Governo Digital.

Poder Judiciário

STF



Jurisprudência

Supremo Tribunal Federal - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4019 (STF ADI 4019 / SP - São Paulo) - Relator: Min. Luiz Fux - Plenário do STF - Unânime - j. 13-12-2018 - Diário da Justiça, 05-02-2019. [Catalogação de Marcio Iorio Aranha]

✓ Declarada a inconstitucionalidade da Lei nº 12.155, de 19 de dezembro de 2005, do Estado de São Paulo, que determinava a discriminação detalhada nas contas telefônicas das ligações locais. (Catalogado por: Márcio Iorio Aranha).

Prestadora / Operadora



Normatização

Resolução da ANATEL nº 698, de 27 de setembro de 2018 - Institui o Comitê de Prestadoras de Pequeno Porte de Serviços de Telecomunicações junto à Anatel e aprova seu Regimento Interno.

↳ **Anexo** - Anexo – Regimento Interno do Comitê de Prestadoras de Pequeno Porte de Serviços de Telecomunicações junto à ANATEL



Atos

Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 3 de janeiro de 2018 (Ref. nº 11/2018)

- Não há direito à suspensão de processos administrativos por descumprimento de obrigações afetas à prestadora de serviços de telecomunicações em recuperação judicial.

Usuário / Consumidor



Normatização

Lei nº 13.673, de 5 de junho de 2018 - Altera as Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 9.472, de 16 de julho de 1997, para tornar obrigatória a divulgação de tabela com a evolução do valor da tarifa e do preço praticados pelas concessionárias e prestadoras de serviços públicos.

Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018 - Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação.

Estado-Membro



Jurisprudência

Supremo Tribunal Federal - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4019 (STF ADI 4019 / SP - São Paulo) - Relator: Min. Luiz Fux - Plenário do STF - Unânime - j. 13-12-2018 - Diário da Justiça, 05-02-2019. [Catalogação de Marcio Iorio Aranha]

- ✓ Declarada a inconstitucionalidade da Lei nº 12.155, de 19 de dezembro de 2005, do Estado de São Paulo, que determinava a discriminação detalhada nas contas telefônicas das ligações locais. (Catalogado por: Márcio Iorio Aranha).

Normas Referenciadas

Lei Ordinária

Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018 - Dispõe sobre o serviço telefônico de recebimento de denúncias e sobre recompensa por informações que auxiliem nas investigações policiais; e altera o art. 4o da Lei no 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para prover recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para esses fins.

Nota Vigência	Data de publicação no DOU.
Dispositivos	CF, Art. 5º, inciso X; LGT, Art. 3º, inciso V.
Altera	Lei nº 10.201/2001
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 11/01/2018, pág. p. 1
Temas	Temas : Fundamentos : Conceitos Fundamentais : Direito à Privacidade Temas : Ramos Jurídicos Afins : Direito Penal

Lei nº 13.642, de 3 de abril de 2018 - Altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres.

Nota Vigência	Data de publicação no DOU.
Dispositivos	LGT, Art. 61, caput.
Regulamenta	Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 04/04/2018, pág. p. 1
Temas	Temas : Aplicações de Telecomunicações : Internet Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Internet

Lei nº 13.644, de 4 de abril de 2018 - Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre o horário de retransmissão obrigatória do programa oficial dos Poderes da República pelas emissoras de radiodifusão sonora.

Nota Vigência	Data de publicação no DOU.
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); CF, Art. 22, inciso IV; LGT, Art. 211, caput.
Altera	Lei nº 4.117/1962 - Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 05-04-2018, pág. p. 1

Temas	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão
-------	--

Lei nº 13.649, de 11 de abril de 2018 - Dispõe sobre o Serviço de Retransmissão de Rádio (RTR) na Amazônia Legal

Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); CF, Art. 22, inciso IV; LGT, Art. 47, caput; LGT, Art. 211, caput.
Altera	Anexo à Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966 - Valores das Taxas de Fiscalização de Instalação.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 12-04-2018, pág. p.1
Temas	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão : Serviço de Retransmissão de Rádio (RTR)

Lei nº 13.673, de 5 de junho de 2018 - Altera as Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 9.472, de 16 de julho de 1997, para tornar obrigatória a divulgação de tabela com a evolução do valor da tarifa e do preço praticados pelas concessionárias e prestadoras de serviços públicos.

Nota Vigência	Data de publicação no DOU.
Dispositivos	CF, Art. 175, § único, inciso II.
Altera	Lei nº 8.987/1995 - Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no artigo 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Lei nº 9.427/1996 Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 06-12-2018, pág. p. 2
Temas	Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Usuário / Consumidor

Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet)

Nota Vigência	Entrada em vigor após 18 meses da publicação.
Dispositivos	CF, Art. 5º, inciso IV; CF, Art. 5º, inciso IX; CF, Art 5º, inciso X; LGT, Art. 61, caput.
Altera	Lei nº 12.965/2014 - Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.
Alterada por	Medida Provisória nº 869/2018 - Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, e dá outras providências.
Correlata	Lei nº 9.394/1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei 10.861, de 14 de abril de 2004
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 15-08-2018, pág. p. 59
Temas	Temas : Aplicações de Telecomunicações : Internet Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Internet

Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018 - Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação.

Nota Vigência	45 dias após sua publicação.
Dispositivos	LGT, Art. 3º, caput.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 09-10-2018, pág. p.1
Temas	Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Usuário / Consumidor

Medida Provisória

Medida Provisória nº 869, de 27 de dezembro de 2018 - Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, e dá outras providências.	
Nota Vigência	Entrada em vigor após 18 meses da publicação.
Dispositivos	CF, Art. 5º, inciso IV; CF, Art. 5º, inciso IX; CF, Art 5º, inciso X; LGT, Art. 61, caput.
Altera	Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017 Lei nº 13.709/2018 - Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet)
Correlata	Lei nº 9.394/1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei 10.861, de 14 de abril de 2004
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 28-12-2018, págs. p. 8-9.
Temas	Temas : Aplicações de Telecomunicações : Internet Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Internet

Decreto

Decreto nº 9.270, de 25 de janeiro de 2018 - Fixa prazo para manifestação de interesse na adaptação de outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, de caráter local, regional e nacional, para a execução do serviço de radiodifusão em frequência modulada.	
Nota Vigência	Data de publicação no DOU.
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); LGT, Art. 211, caput.
Altera	Decreto nº 8139/2013 - Dispõe sobre as condições para extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias de caráter local, sobre a adaptação das outorgas vigentes para execução deste serviço e dá outras providências.
Correlata	Decreto nº 52.795/1963 - Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.
Regulamenta	Lei nº 4.117/1962 - Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.
Publicação	Diário Oficial da União, 26-01-2018, pág. p. 1
Temas	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão

Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018 - Institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital.	
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Anexos	Anexo 1 - Anexo I – Eixos Temáticos da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital – E-Digital Anexo 2
Dispositivos	LGT, Art. 1º, caput.
Altera	Anexo I ao Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016 - Anexo I ao Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016 Anexo II ao Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016 - Anexo II ao Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016
Correlata	Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016 - Institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Decreto nº 9.584/2018 - Altera o Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016, para instituir a Rede Nacional de Governo Digital.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 22-03-2018, pág. p. 2
Temas	Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Poder Executivo : Ministério das Comunicações

	Temas : Políticas de Telecomunicações
Decreto nº 9.479, de 22 de agosto de 2018 - Altera o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, aprovado pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.	
Nota Vigência	Vigência do art. 1º, na parte que altera os art. 13, art. 14, art. 14-A, art. 14-B, art. 14-C e art. 14-D do Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, aprovado pelo Decreto nº 5.371, de 2005, diferida para 10 de dezembro de 2018.
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); LGT, Art. 211, caput.
Altera	Decreto nº 5.371/2005 - Aprova o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens. Anexo ao Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005 - Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens.
Regulamenta	Lei nº 4.117/1962 - Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.
Regulamentada por	Portaria MCTIC nº 6.197, de 5 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 23-08-2018, pág. p. 2
Temas	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão : Serviço Especial de Repetição de Televisão (RpTV) Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão : Serviço de Retransmissão de Televisão (RTV)

Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.	
Nota Vigência	180 dias após publicação no DOU
Dispositivos	LGT, Art. 1º, caput; LGT, Art. 19, caput.
Altera	Decreto nº 99.188, de 17 de março de 1990
Revoga	Decreto nº 2.031, de 11 de outubro de 1996 Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997
Regulamenta	Lei nº 8.666/93 - Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Decreto-Lei nº 200/1967
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 24-09-2018, pág. p. 3
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : ANATEL

Decreto nº 9.584, de 26 de novembro de 2018 - Altera o Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016, para instituir a Rede Nacional de Governo Digital.	
Nota Vigência	Data de publicação no DOU.
Dispositivos	CF, Art. 37, caput (em 04/06/1998).
Altera	Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016 - Institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
Correlata	Decreto nº 9.319/2018 - Institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 27-11-2018, pág. p. 2

Temas	Temas : Aplicações de Telecomunicações : Banda Larga Temas : Aplicações de Telecomunicações : Governança Digital Temas : Aplicações de Telecomunicações : Internet Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Poder Executivo : Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Internet
-------	---

Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações.	
Nota Vigência	Data de publicação no DOU.
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XI (em 15/08/1995); LGT, Art. 1º, caput; LGT, Art. 19, inciso I.
Revoga	Decreto nº 4.733/2003 - Dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações, e dá outras providências. Decreto nº 7.175/2010 - Institui o Programa Nacional de Banda Larga - PNBL; dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão; altera o Anexo II ao Decreto no 6.188, de 17 de agosto de 2007; altera e acresce dispositivos ao Decreto no 6.948, de 25 de agosto de 2009; e dá outras providências. - Anexo - Quadro demonstrativo dos cargos em comissão e Quadro resumo dos custos dos cargos em comissão do Gabinete Pessoal do Presidente da República. Decreto nº 8.776, de 11 de maio de 2016
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. Lei nº 10.052/2000 - Institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - Funttel, e dá outras providências.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 18-12-2018, pág. p. 18
Temas	Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Infra-estrutura de Telecomunicações : Compartilhamento de Infraestrutura Temas : Políticas de Telecomunicações

Decreto nº 9.619, de 20 de dezembro de 2018 - Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público.	
Nota Eficácia	Eficácia preservada do Decreto 7.512/2011 até a publicação da regulamentação do Plano por parte da ANATEL.
Anexos	Anexo 1 - Anexo I – Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público Anexo 2 - Anexo II – Telefones de Uso Público das Concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado na Modalidade Local Anexo 3 - Anexo III – Telefones de Uso Público das Concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado nas Modalidades Longa Distância Nacional e Internacional Anexo 4 - Anexo IV – Localidade a serem atendidas por Sistemas de Acesso Fixo sem Fio
Dispositivos	LGT, Art. 2º, inciso I; LGT, Art. 2º, inciso II; LGT, Art. 64, Parágrafo Único; LGT, Art. 79, § 1º; LGT, Art. 80, caput.
Revoga	Decreto nº 7.512/2011 - Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU, e dá outras providências.
Correlata	Decreto nº 4.769/2003 - Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU, e dá outras providências. Decreto 6.135, de 26 de junho de 2007 Decreto nº 6.424/2008 - Altera e acresce dispositivos ao Anexo do Decreto nº 4.769, de 27 de junho de 2003, que aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado prestado no Regime Público - PGMU. Decreto nº 6.654/2008 - Aprova o Plano Geral de Outorgas de Serviço de Telecomunicações prestado no regime público. - Anexo 1 - Plano Geral de Outorgas. - Anexo 2 - Regiões do Plano Geral de Outorgas. - Anexo 3 - Setores das Regiões do Plano Geral de Outorgas

Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 27-12-2018, pág. p. 8. Diário Oficial da União, Seção 1, 27-12-2018 [Retificação]
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Concessão (regras aplicáveis) Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Poder Executivo : Presidência da República Temas : Políticas de Telecomunicações : Universalização : Metas de Universalização Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)

Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018 - Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional.

Nota Vigência	Data de publicação no DOU.
Dispositivos	CF, Art 5º, inciso XIV; LGT, Art. 1º, caput.
Altera	Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997
Revoga	Decreto 3.505, de 13 de junho de 2000 Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013 - Dispõe sobre as comunicações de dados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre a dispensa de licitação nas contratações que possam comprometer a segurança nacional.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 27-12-2018, págs. p. 23-25
Temas	Temas : Aplicações de Telecomunicações : Banda Larga Temas : Aplicações de Telecomunicações : Internet Temas : Fundamentos : Conceitos Fundamentais : Era da Informação Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Infra-estrutura de Telecomunicações : Compartilhamento de Infraestrutura Temas : Políticas de Telecomunicações : Sigilo em Telecomunicações Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Internet

Portaria Ministerial

Portaria MCTIC nº 353, de 19 de janeiro de 2018 - Estabelece o valor máximo da multa por infração às disposições da Lei 4.117/62 (Código Brasileiro de Telecomunicações)

Ó r g ã o Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); LGT, Art. 211, caput.
Regulamenta	Lei nº 4.117/1962 - Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 24-01-2018, pág. p. 1
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Fiscalização das Telecomunicações Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão

Portaria MCTIC nº 699, de 6 de fevereiro de 2018 - Disciplina e aprova as regras para utilização de canais virtuais pelas entidades executantes dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD- T.

Ó r g ã o Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU

Anexos	Anexo - Anexo – Declaração sobre Utilização de Redes de Frequência Única (SFN – Single Frequency Networks) para Designação de Canal Virtual (RTVD)
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); LGT, Art. 211, caput.
Alterada por	Portaria MCTIC nº 1.908, de 6 de abril de 2018 - Altera a Portaria MCTIC nº 699, de 06.02.2018, que disciplina e aprova as regras para utilização de canais virtuais pelas entidades executantes dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD- T.
Revoga	Portaria MCTIC nº 3.540/2017 - Disciplina e aprova as regras para utilização de canais virtuais pelas entidades executantes dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão do SBTVD-T, nos agrupamentos de municípios de Rio Verde-GO, Brasília-DF e Goiânia-GO, e aprova a numeração dos canais virtuais. Portaria MCTIC nº 3.992/2017 - Fixa prazo de noventa dias para adaptação das prestadoras de radiodifusão que cita para utilização de redes de frequência única (SFN). Portaria MCTIC nº 6.053/2017 - Altera o art. 1º da Portaria MCTIC nº 3.992, de 14 de julho de 2017
Correlata	Portaria MC nº 925, de 22 de agosto de 2014 - Regulamenta os Requisitos Técnicos dos Serviços abrangidos pelo Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre.
Regulamenta	Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017 Decreto nº 5.820/2006 - Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 08-06-2018, pág. p. 123
Temas	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão

Portaria MCTIC nº 720, de 7 de fevereiro de 2018 - Aprova o Plano Nacional de Outorgas 2018/2019 para o serviço de radiodifusão comunitária.

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); CF, Art. 220, § 3º, inciso II; LGT, Art. 211, caput.
Revoga	Portaria MC nº 1.775, de 3 de maio de 2016 Portaria MC nº 1.776, de 3 de maio de 2016
Regulamenta	Lei 13424/2017 - Altera as Leis nos 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre o processo de renovação do prazo das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, e dá outras providências.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 08-02-2018, pág. p. 24

Portaria MCTIC nº 1.909, de 5 de abril de 2018 - Altera a Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, que dispõe sobre o serviço de radiodifusão comunitária.

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); LGT, Art. 211, caput.
Regulamenta	Lei nº 9.612/1998 - Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. Decreto nº 2.615/1998 - Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Portaria MC nº 4.334, de 17 de setembro de 2015 - Dispõe sobre o serviço de radiodifusão comunitária

Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 09-04-2018, pág. p. 23
Temas	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão

Portaria MCTIC nº 1.908, de 6 de abril de 2018 - Altera a Portaria MCTIC nº 699, de 06.02.2018, que disciplina e aprova as regras para utilização de canais virtuais pelas entidades executantes dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD- T.

Ó r g ã o Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU.
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); LGT, Art. 211, caput.
Altera	Portaria MCTIC nº 699, de 6 de fevereiro de 2018 - Disciplina e aprova as regras para utilização de canais virtuais pelas entidades executantes dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD- T.
Regulamenta	Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017 Decreto nº 5.820/2006 - Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 09-04-2018, pág. p. 23
Temas	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão

Portaria MCTIC nº 1.976, de 12 de abril de 2018 - Altera a Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, que dispõe sobre o serviço de radiodifusão comunitária

Ó r g ã o Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); LGT, Art. 211, caput.
Regulamenta	Lei nº 9.612/1998 - Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. Decreto nº 2.615/1998 - Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Portaria MC nº 4.334, de 17 de setembro de 2015 - Dispõe sobre o serviço de radiodifusão comunitária
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 13-04-2018, pág. p. 40
Temas	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão

Portaria MCTIC nº 2.105, de 16 de abril de 2018 - Estabelece a exibição de cartela informativa pelas entidades que executam o serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens e o serviço de Retransmissão de Televisão, em tecnologia digital, que alterarem seu canal físico, orientando a população quanto aos procedimentos de sintonia do novo canal.

Ó r g ã o Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); LGT, Art. 211, caput.
Regulamenta	Lei nº 4.117/1962 - Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 17-04-2018, pág. p. 9

Temas	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão
Portaria MCTIC nº 3.045, de 7 de junho de 2018 - Dispõe sobre a destinação do saldo de recursos remanescente, proveniente da licitação de que trata o Edital nº 2/2014-SOR/SPR/CD-ANATEL, administrados pela Associação Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV – EAD.	
Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); LGT, Art. 211, caput.
Regulamenta	Lei nº 4.117/1962 - Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. Decreto nº 52.795/1963 - Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão. Decreto nº 5.820/2006 - Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 08-06-2018, pág. p. 123
Temas	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Móvel Pessoal (SMP)

Portaria MCTIC nº 3.238, de 20 de junho de 2018 - Dispõe sobre permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.	
Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Anexos	Anexo 1 - Anexo I – Requerimento de Outorga para Pessoas Jurídicas de Direito Público Anexo 10 - Anexo X – Requerimento de Transferência de Outorga para quando a Cedente for Instituição de Educação Superior de Natureza Privada e a Cessionária for Pessoa Jurídica de Direito Público ou outra Instituição de Educação Superior de Natureza Privada Anexo 11 - Anexo XI – Requerimento de Transferência de Outorga para quando a Cedente for Fundação de Direito Privado e a Cessionária for Pessoa Jurídica de Direito Público, Instituição de Educação Superior de Natureza Privada ou outra Fundação de Direito Privado Anexo 2 - Anexo II – Requerimento de Outorga para Instituições de Educação Superior de Natureza Privada Anexo 3 - Anexo III – Requerimento de Outorga para as Fundações de Direito Privado Anexo 4 - Anexo IV – Requerimento de Renovação de Outorga para as Pessoas Jurídicas de Direito Público Anexo 5 - Anexo V – Requerimento de Renovação de Outorga para as Instituições de Educação Superior de Natureza Privada Anexo 6 - Anexo VI – Requerimento de Renovação de Outorga para as Fundações de Direito Privado Anexo 7 - Anexo VII – Comunicação de Alteração de Quadro Diretivo/Societário Anexo 8 - Anexo VIII – Comunicação de Alteração Estatutária e Contratual Anexo 9 - Anexo IX – Requerimento de Transferência de Outorga para as Pessoas Jurídicas de Direito Público
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); CF, Art. 221, inciso I; CF, Art. 223, caput; LGT, Art. 211, caput.
Revoga	Portaria MC nº 4.335, de 17 de setembro de 2015 - Dispõe sobre os procedimentos de permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa

Regulamentação	Anexo ao Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 - Regulamento dos Serviços de Radiodifusão. Portaria MC nº 4.335, de 17 de setembro de 2015 - Dispõe sobre os procedimentos de permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 21-06-2018, pág. p. 6
Temas	Temas : Aplicações de Telecomunicações : Aplicações Educacionais Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão

Portaria MCTIC nº 6.197, de 5 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens.	
Órgão Emissor	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Gabinete do Ministro.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Anexos	Anexo 1 - Anexo I – Requerimento de Autorização para Execução do Serviço de Retransmissão de Televisão em Caráter Primário Anexo 2 - Anexo II – Requerimento de Autorização para Execução do Serviço de Retransmissão de Televisão em Caráter Secundário Anexo 3 - Anexo III – Requerimento de Transferência da Autorização
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); LGT, Art. 211, caput.
Altera	Portaria MC nº 366, de 14 de agosto de 2012 - Dispõe sobre os procedimentos de autorização para a execução dos serviços de retransmissão e repetição de televisão. Portaria MC nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 - Dispõe sobre os procedimentos de seleção pública e de autorização para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão, com utilização de tecnologia digital, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, durante a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital e dá outras providências Portaria MC nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015 - Dispõe sobre os procedimentos de autorização para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital e dá outras providências.
Regulamentação	Decreto nº 5.371/2005 - Aprova o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens. Decreto nº 9.479, de 22 de agosto de 2018 - Altera o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, aprovado pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 10-12-2018, pág. p. 65
Temas	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão : Serviço de Retransmissão de Televisão (RTV)

Resolução

Resolução da ANATEL nº 690, de 29 de janeiro de 2018 - Aprova o Regulamento de Restituição e Compensação das Receitas Administradas pela Anatel e dá outras providências.	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU.
Anexos	Anexo - Anexo - Regulamento de Restituição e Compensação das Receitas Administradas pela Anatel
Dispositivos	LGT, Art. 50, caput.

Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 247, de 14 de dezembro de 2000 - Regulamento de Arrecadação da Contribuição das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações para o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST. Anexo à Resolução da ANATEL nº 255, de 29 de março de 2001 - Regulamento para Arrecadação de Receitas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL.
Regulamenta	Lei nº 5.070/1966 - Cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências. Alterada pela Lei nº 9.472/97 (LGT). Lei nº 5.172/1966 Lei 8.383, de 30 de dezembro de 1991 Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. Lei nº 9.784/1999 - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Lei nº 9.998/2000 - Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. Lei nº 11.652/2008 - Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências [Conversão da Medida Provisória nº 398, de 10 de outubro de 2007]. Lei nº 12.024/2009 - Dá nova redação aos arts. 4º, 5º e 8º da Lei nº 10.391, de 2 de agosto de 2004, que tratam de patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias; dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, atribui à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL as atribuições de apurar, constituir, fiscalizar e arrecadar a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública; altera as Leis nºs 11.196, de 21 de novembro de 2005, 11.652, de 7 de abril de 2008, 10.836, de 29 de dezembro de 2003, 9.896, de 23 de agosto de 1999, 6.099, de 12 de setembro de 1974, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e 11.941, de 27 de maio de 2009, e dá outras providências. Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 30-01-2018, págs. p. 5-6
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Tributação no Setor de Telecomunicações Temas : Políticas de Telecomunicações : Fundos Setoriais de Telecomunicações

Resolução da ANATEL nº 691, de 22 de fevereiro de 2018 - Cria Centro de Altos Estudos em Telecomunicações – Ceatel e dá outras providências	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU.
Dispositivos	LGT, Art. 2º, inciso IV; LGT, Art. 10, Parágrafo Único.
Altera	Anexo - Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL - Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. Decreto nº 5.707/2006 - Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 23-02-2018, págs. p. 44-45
Temas	Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : ANATEL Temas : Políticas de Telecomunicações : Pesquisa & Desenvolvimento

	Temas : Ramos Jurídicos Afins : Direito Administrativo
Resolução da ANATEL nº 692, de 12 de abril de 2018 - Altera o Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013.	
Ó r g ã o Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Nota Vigência	90 dias após publicação no DOU,
Dispositivos	LGT, Art. 69, caput.
Altera	Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) - Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC). Anexo I – Regulamento Geral de Acessibilidade em Telecomunicações - Anexo I – Regulamento Geral de Acessibilidade em Telecomunicações
Regulamenta	Lei nº 12.485/2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 16-04-2018, págs. p. 4-5
Temas	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)

Resolução da ANATEL nº 693, de 17 de julho de 2018 - Aprova o Regulamento Geral de Interconexão - RGI e altera o Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, o Regimento Interno da Anatel e os Regulamentos de Remuneração pelo uso de redes do Serviço Telefônico Fixo Comutado e do Serviço Móvel Pessoal.	
Ó r g ã o Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU.
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso XIX; LGT, Art. 155, caput.
Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 73, de 25 de novembro de 1998 - Regulamento dos Serviços de Telecomunicações. Anexo à Resolução da ANATEL nº 438, de 10 de julho de 2006 - Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do Serviço Móvel Pessoal – SMP. Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC - Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC. Anexo - Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL - Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.
Revoga	Resolução da ANATEL nº 410/2005 - Aprova o Regulamento Geral de Interconexão. - Anexo - Regulamento Geral de Interconexão.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 18-07-2018, págs. p. 10-12 Diário Oficial da União, Seção 1, 05-11-2018, pág. p. 11 [Retificação]
Temas	Temas : Infra-estrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Redes de Telecomunicações : Interconexão

Resolução da ANATEL nº 694, de 17 de julho de 2018 - Altera o Plano Geral de Metas de Competição – PGMC, aprovado pela Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012; o Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, aprovado pela Resolução nº 588, de 7 de maio de 2012; o Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do Serviço Móvel Pessoal – SMP, aprovado pela Resolução nº 438, de 10 de julho de 2006; a Resolução nº 396, de 31 de março de 2005;

	o Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução nº 589, de 7 de maio de 2012; revoga a Resolução nº 437, de 8 de junho de 2006; e dá outras providências.
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU.
Anexos	Anexo 1 - Anexo I – Diretrizes Metodológicas para Identificação de Mercado Relevante de Atacado e dos Grupos com PMS Anexo 2 - Anexo II – Mercados Relevantes e Medidas Regulatórias Assimétricas Anexo 3 - Anexo III – Homologação de Ofertas de Referência de Produtos de Atacado Anexo 4 - Anexo IV – Categorização dos Municípios
Dispositivos	LGT, Art. 2º, inciso III; LGT, Art. 155, caput.
Altera	Resolução da ANATEL nº 396/2005 - Aprova o Regulamento de Separação e Alocação de Contas. Anexo à Resolução da ANATEL nº 438, de 10 de julho de 2006 - Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do Serviço Móvel Pessoal – SMP. Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC - Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC. Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas - Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas. Anexo - Plano Geral de Metas de Competição (PGMC) - Plano Geral de Metas de Competição (PGMC).
Revoga	Resolução da ANATEL nº 437/2006 - Determina os Grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) na oferta de Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD).
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. Lei nº 12.529/2011 - Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências. Decreto nº 4.733/2003 - Dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações, e dá outras providências.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 23-07-2018, págs. p. 3-40
Temas	Temas : Políticas de Telecomunicações : Concorrência no Setor de Telecomunicações Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Móvel Pessoal (SMP) Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

Resolução da ANATEL nº 695, de 20 de julho de 2018 - Aprova o Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Nota Vigência	180 dias após a publicação no DOU.
Anexos	Anexo - Anexo - Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências
Dispositivos	LGT, Art. 48, § 1º, inciso II; LGT, Art. 48, § 1º, inciso III; LGT, Art. 48, § 1º, inciso IV.
Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 65, de 29 de outubro de 1998 - Regulamento de Licitação para Concessão, Permissão e Autorização de Serviço de Telecomunicações e de Uso de Radiofrequência.

	Anexo à Resolução da ANATEL nº 255, de 29 de março de 2001 - Regulamento para Arrecadação de Receitas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL. Resolução da ANATEL nº 387/2004 - Aprova a Alteração do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências. Resolução da ANATEL nº 635, de 9 de maio de 2014 - Aprova o Regulamento sobre Autorização de Uso Temporário de Radiofrequências.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. Decreto nº 2.338/1997 - Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, e dá outras providências.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 23-07-2018, págs. p. 40-41
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Preço Público e Preço Privado

Resolução da ANATEL nº 696, de 23 de julho de 2018 - Revoga a Resolução nº 530, de 10 de junho de 2009, que autoriza valores para aquisição ou alienação de bens móveis e imóveis e para a contratação de obras e serviços de terceiros.

Ó r g ã o Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU.
Dispositivos	LGT, Art. 22, inciso XI; LGT, Art. 22, inciso XII.
Revoga	Resolução da ANATEL nº 530/2009 - Autoriza valores para aquisição ou alienação de bens móveis e imóveis ou para a contratação de obras e serviços de terceiros.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 24-07-2018, pág. p. 160
Temas	Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : ANATEL

Resolução da ANATEL nº 697, de 28 de agosto de 2018 - Atribui e destina faixas de radiofrequência ao Serviço de Radioamador e aprova o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências pelo Serviço de Radioamador.

Ó r g ã o Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Nota Vigência	90 dias após a data de publicação no DOU
Anexos	Anexo - Anexo - Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências pelo Serviço de Radioamador
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso VIII.
Revoga	Resolução da ANATEL nº 452/2006 - Aprova o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências pelo Serviço de Radioamador. - Anexo - Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências pelo Serviço de Radioamador.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 30-08-2018, págs. p. 20-21
Temas	Temas : Infra-estrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Espectro de Radiofrequência : Atribuição, Destinação e Distribuição de Radiofrequência Temas : Infra-estrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Espectro de Radiofrequência : Condições de Uso de Radiofrequência e Canalização (Distribuição de Canais)

	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radioamador
Resolução da ANATEL nº 698, de 27 de setembro de 2018 - Institui o Comitê de Prestadoras de Pequeno Porte de Serviços de Telecomunicações junto à Anatel e aprova seu Regimento Interno.	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Anexos	Anexo - Anexo – Regimento Interno do Comitê de Prestadoras de Pequeno Porte de Serviços de Telecomunicações junto à ANATEL
Dispositivos	LGT, Art. 2º, inciso III; LGT, Art. 6º, caput; LGT, Art. 127, inciso II.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 28-09-2018, págs. p. 22-23
Temas	Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : ANATEL Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Prestadora / Operadora

Resolução da ANATEL nº 699, de 28 de setembro de 2018 - Altera o Anexo II ao Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC.	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Nota Vigência	120 dias após a publicação no DOU
Anexos	Anexo - Anexo – Alterações ao Anexo II do Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC
Dispositivos	LGT, Art. 64, Parágrafo Único.
Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 560, de 21 de janeiro de 2011 - Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 02-10-2018, pág. p. 16
Temas	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)

Resolução da ANATEL nº 700, de 28 de setembro de 2018 - Aprova o Regulamento sobre a Avaliação da Exposição Humana a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos Associados à Operação de Estações Transmissoras de Radiocomunicação.	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Nota Vigência	120 dias da publicação no DOU
Anexos	Anexo - Anexo - Regulamento sobre a Avaliação da Exposição Humana a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos Associados à Operação de Estações Transmissoras de Radiocomunicação
Dispositivos	LGT, Art. 173, caput.
Revoga	Resolução da ANATEL nº 303/2002 - Aprova o Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos na Faixa de Radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 02-10-2018, págs. p. 16-17
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Fiscalização das Telecomunicações Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Equipamentos de Telecomunicações

Resolução da ANATEL nº 701, de 5 de outubro de 2018 - Aprova alteração de Áreas de Tarificação do STFC e do Plano Geral de Códigos Nacionais – PGCN, para (...), aprova alteração de Áreas Locais para o STFC, para excluir o município de Rio Negro-PR da Área Local de Curitiba e aprova alteração de tratamentos locais, em face das alterações anteriores.

Ó r g ã o Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Nota Vigência	180 dias da publicação no DOU
Anexos	Anexo 1 - Anexo I – Alteração das Áreas de Tarificação do STFC Anexo 2 - Anexo II – Alteração de Códigos Nacionais do PGCN Anexo 3 - Anexo III – Alteração de Áreas Locais do STFC Anexo 4 - Anexo IV – Exclusões, inclusão e alteração de Tratamentos Locais para o STFC
Dispositivos	LGT, Art. 64, Parágrafo Único.
Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 263, de 8 de junho de 2001 - Plano Geral de Códigos Nacionais – PGCN. Anexo à Resolução da ANATEL nº 424, de 6 de dezembro de 2005 - Regulamento de Tarificação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ou Uso do Público em Geral – STFC Prestado no Regime Público. Anexo à Resolução da ANATEL nº 560, de 21 de janeiro de 2011 - Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 08-10-2018, págs. p. 36-37
Temas	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)

Resolução da ANATEL nº 702, de 1º de novembro de 2018 - Aprova o Regulamento de cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite e estabelece o Preço Público para a autorização, a adaptação, a consolidação e a transferência de autorização, permissão e concessão de serviços de telecomunicações.

Ó r g ã o Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Nota Vigência	180 dias da publicação no DOU
Anexos	Anexo - Anexo - Regulamento de cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
Dispositivos	LGT, Art. 172, caput.
Revoga	Resolução da ANATEL nº 386/2004 - Aprova o Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 05-11-2018, págs. p. 10-11
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Autorização (regras aplicáveis) Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Concessão (regras aplicáveis) Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Permissão (regras aplicáveis)

	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Preço Público e Preço Privado
Resolução da ANATEL nº 703, de 1º de novembro de 2018 - Estabelece Limites Máximos de Quantidade de Espectro de Radiofrequências.	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Anexos	Anexo - Anexo – Tabelas de subfaixas de radiofrequência abaixo de 1 GHz e entre 1 GHz e 3 GHz
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso VIII; LGT, Art. 157, caput; LGT, Art. 159, caput; LGT, Art. 161, caput.
Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 454, de 11 de dezembro de 2006 - Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 800 MHz, 900 MHz, 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.100 MHz. Anexo à Resolução da ANATEL nº 537, de 17 de fevereiro de 2010 - Regulamento sobre Condições de Uso da Faixa de Radiofrequências de 3,5 GHz. Resolução da ANATEL nº 544/ 2010 - Modificar a Destinação de Radiofrequências nas Faixas de 2.170 MHz a 2.182 MHz e de 2.500 MHz a 2.690 MHz e republicar, com alterações, o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 2.170 MHz a 2.182 MHz e de 2.500 MHz a 2.690 MHz. Anexo à Resolução da ANATEL nº 544, de 11 de agosto de 2010 - Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 2.170 MHz a 2.182 MHz e de 2.500 MHz a 2.690 MHz. Anexo - Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 698 MHz a 806 MHz - Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 698 MHz a 806 MHz.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 06-11-2018, pág. p. 11
Temas	Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Espectro de Radiofrequência : Direito de Uso de Radiofrequência Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Móvel Pessoal (SMP)

Resolução da ANATEL nº 704, de 6 de novembro de 2018 - Altera o Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia (RGQ-SCM), aprovado pela Resolução nº 574, de 28 de outubro de 2011, o Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal (RGQ-SMP), aprovado pela Resolução nº 575, de 28 de outubro de 2011, o Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (RGQ-STFC), aprovado pela Resolução nº 605, de 26 de dezembro de 2012, o Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 614, de 28 de maio de 2013, e o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações – RGC, Resolução nº 632, de 7 de março de 2014.	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Dispositivos	LGT, Art. 2º, inciso III.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 09-11-2018, pág. p. 58
Temas	Temas : Políticas de Telecomunicações : Concorrência no Setor de Telecomunicações Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Móvel Pessoal (SMP) Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)

	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)
Resolução da ANATEL nº 705, de 21 de dezembro de 2018 - Altera o Regulamento sobre Equipamentos de Radiocomunicação de Radiação Restrita.	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Dispositivos	LGT, Art. 161, caput.
Altera	Anexo - Regulamento sobre Equipamentos de Radiocomunicação de Radiação Restrita - Anexo - Regulamento sobre Equipamentos de Radiocomunicação de Radiação Restrita
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 24-12-2018, págs. p. 6-7
Temas	Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Equipamentos de Telecomunicações Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Espectro de Radiofrequência Temas : Direito de Uso de Radiofrequência

Julgados Referenciados

Acórdãos

Supremo Tribunal Federal (STF)

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4019 (STF ADI 4019 / SP - São Paulo)	
Relator	Min. Luiz Fux
Órgão Julgador	Plenário do STF
Votação	Unânime
Julgamento	13-12-2018
Dispositivos	CF, Art. 22, inciso IV; LGT, Art. 1º, caput.
Publicação	Diário da Justiça, 05-02-2019
Temas	Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Estado-Membro Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Poder Judiciário : STF Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)
Catalogador	Marcio Iorio Aranha

Atos Referenciados

Ato Administrativo

Decisão

Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 3 de janeiro de 2018 (Ref. nº 11/2018)	
Ementa	Não há direito à suspensão de processos administrativos por descumprimento de obrigações afetas à prestadora de serviços de telecomunicações em recuperação judicial.
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.

Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso XXV; LGT, Art. 20, Parágrafo Único; LGT, Art. 80, caput.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 04-01-2018, pág. p. 3
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Fiscalização das Telecomunicações Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Prestadora / Operadora Temas : Políticas de Telecomunicações : Universalização : Metas de Universalização

Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 20 de dezembro de 2018 (Ref. nº 726/2018)	
Ementa	Função pública de promoção da integração social por meio do acesso ao conteúdo de TV, mesmo que inscrita em lei estadual de criação de órgão da Administração Pública com dita competência, não se sobrepõe ao dever geral de obediência à prévia outorga do direito de uso de radiofrequência, de competência da União. Mora da Administração Pública federal na outorga do Serviço de Retransmissão de Televisão (RTV) e consequente uso não autorizado de radiofrequência na execução não outorgada do RTV não configuram atenuante ou excludente de ilicitude pela prática de infração de natureza grave, nos termos do art. 80 do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências (RUE/2001), aprovado pela Res. ANATEL nº 259, de 19 de abril de 2001.
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); CF, Art. 223, caput; LGT, Art. 19, inciso IX; LGT, Art. 19, inciso XXV; LGT, Art. 20, Parágrafo Único; LGT, Art. 163, caput; LGT, Art. 173, caput; LGT, Art. 211, caput.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 27-12-2018, pág. p. 42
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Fiscalização das Telecomunicações Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão : Serviço de Retransmissão de Televisão (RTV)

Índice Alfabético e Remissivo

Símbolos

3.500 MHz a 3.600 MHz

revogação de atribuição e destinação ao Serviço de Radioamador da faixa de radiofrequência de, **211**

[Resolução da ANATEL nº 697/2018]

A

Ação Direta de Inconstitucionalidade
(*ver Ação Direta de Inconstitucionalidade (Jurisdição)*)

Ação Direta de Inconstitucionalidade (Jurisdição)

ADI 4019 / SP

lei estadual é incompetente para determinar a discriminação detalhada nas contas telefônicas das ligações locais, **215**

[STF - ADI 4019 / SP]

ADI

(*ver Ação Direta de Inconstitucionalidade (Jurisdição)*)

Administração do Setor de Telecomunicações, 184

Administração Pública Federal

Política Nacional de Segurança da Informação

instituição da, **203**

[Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018]

Agência Nacional de Telecomunicações

Alienação de Bens

revogação da Res. 530/2009, que autorizava valores para aquisição ou alienação de bens móveis e imóveis e para contratação de obras e serviços de terceiros pela ANATEL independentemente de anuência do Conselho Diretor, **211**

[Resolução da ANATEL nº 696/2018]

Aquisição de Bens

revogação da Res. 530/2009, que autorizava valores para aquisição ou alienação de bens móveis e imóveis e para contratação de obras e serviços de terceiros pela ANATEL

independentemente de anuência do Conselho Diretor, **211**

[Resolução da ANATEL nº 696/2018]

Centro de Altos Estudos em Telecomunicações
criação do, **208**

[Resolução da ANATEL nº 691, de 22 de fevereiro de 2018]

Contratação de Obras

revogação da Res. 530/2009, que autorizava valores para aquisição ou alienação de bens móveis e imóveis e para contratação de obras e serviços de terceiros pela ANATEL independentemente de anuência do Conselho Diretor, **211**

[Resolução da ANATEL nº 696/2018]

Contratação de Serviços

revogação da Res. 530/2009, que autorizava valores para aquisição ou alienação de bens móveis e imóveis e para contratação de obras e serviços de terceiros pela ANATEL independentemente de anuência do Conselho Diretor, **211**

[Resolução da ANATEL nº 696/2018]

Alienação de Bens

revogação da Res. 530/2009, que autorizava valores para aquisição ou alienação de bens móveis e imóveis e para contratação de obras e serviços de terceiros pela ANATEL independentemente de anuência do Conselho Diretor, **211**

[Resolução da ANATEL nº 696/2018]

ANATEL, 196

(*ver Agência Nacional de Telecomunicações*)

ANPD

(*ver Autoridade Nacional de Proteção de Dados*)

Antena

Regulamento sobre a Avaliação da Exposição Humana a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos Associados à Operação de Estações Transmissoras de Radiocomunicação
aprovação do, **212**

[Resolução da ANATEL nº 700/2018]

Aparelho Telefônico

(*ver Telefone Fixo*)

Aplicações de Telecomunicações, 194

Aplicações Educacionais, 194

Aquisição de Bens

revogação da Res. 530/2009, que autorizava valores para aquisição ou alienação de bens móveis e imóveis e para contratação de obras e serviços de terceiros pela ANATEL independentemente de anuência do Conselho Diretor, **211**

[Resolução da ANATEL nº 696/2018]

Ato de Concentração Econômica

(*ver Competição*)

Atores no Setor de Telecomunicações, 196

Atribuição, Destinação e Distribuição de Radiofrequência, 183

Audiodescrição

exigência de que a cartela informativa de alteração de canal físico da TV Digital seja dotada de audiodescrição de seu texto feita repetidamente, **205**

[Portaria MCTIC nº 2.105, de 16 de abril de 2018]

Autoridade Nacional de Proteção de Dados, 200

[Medida Provisória nº 869/2018]

competência da, **200**

[Medida Provisória nº 869/2018]

criação da, **200**

[Medida Provisória nº 869/2018]

Autorização (regras aplicáveis), 185

Autorização

condições, critérios e procedimentos de autorização para a execução do RTV, **207**

[Portaria MCTIC nº 6.197, de 5 de dezembro de 2018]

Preço Público

disciplina do preço público para autorização, adaptação, consolidação e transferência de autorização, permissão ou concessão de serviços de telecomunicações de interesse coletivo ou restrito, **213**

[Resolução da ANATEL nº 702/2018]

Autorregulação

Políticas de Telecomunicações

orientação para que a ANATEL implemente e execute a regulação do setor de telecomunicações com incentivo à autorregulação e mecanismos correlatos, **202**

[Decreto nº 9.612/2018]

B

Banda Larga, 195

Brasil Inteligente, 202

[Decreto nº 9.612/2018]

C

Canal de Programação de Distribuição Obrigatória

oferta concomitante de outros serviços de telecomunicações ou SVA ou compartilhamento da Rede não desobriga a prestadora de SeAC a disponibilizar, **209**

[Resolução da ANATEL nº 692/ 2018]

Ultra High Frequency (Frequência Ultra Alta)

dispensa da disponibilização dos Canais de Programação de Distribuição Obrigatória de estação de prestadora de SeAC que opera em lagura de banda de 6 MHz na faixa de, **209**

[Resolução da ANATEL nº 692/ 2018]

Canal de Televisão

(*ver Canal de Televisão (Radiodifusão)*)

Canal de Televisão (Radiodifusão)

exigência de exibição de cartela informativa pelas entidades que executam o serviço de radiodifusão de sons e imagens e o RTV em tecnologia digital que alterarem seu canal físico, **205**

[Portaria MCTIC nº 2.105, de 16 de abril de 2018]

Canal Virtual

Transição Analógico-Digital

regras para utilização de canais virtuais pelas entidades executantes dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, **203, 205**

[Portaria MCTIC nº 1.908, de 6 de abril de 2018] [Portaria MCTIC nº 699, de 6 de fevereiro de 2018]

Caráter Primário

- (ver Uso em Caráter Primário (Radiofrequência))**
- Ceatel, 208**
[Resolução da ANATEL nº 691, de 22 de fevereiro de 2018]
- Celular**
(ver Telefone Fixo)
- Celular**
Regulamento sobre a Avaliação da Exposição Humana a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos Associados à Operação de Estações Transmissoras de Radiocomunicação aprovação do, **212**
[Resolução da ANATEL nº 700/2018]
- Centro de Altos Estudos em Telecomunicações**
criação do, **208**
[Resolução da ANATEL nº 691, de 22 de fevereiro de 2018]
- Cidade Digital**
Políticas de Telecomunicações dispõe sobre as, **202**
[Decreto nº 9.612/2018]
- Cidade Inteligente**
Políticas de Telecomunicações dispõe sobre as, **202**
[Decreto nº 9.612/2018]
- CITDigital**
(ver Comitê Interministerial para a Transformação Digital)
- CITDigital, 200**
[Decreto nº 9.319/ 2018]
- Coletivo**
(ver Serviço de Interesse Coletivo)
- Comitê de Prestadoras de Pequeno Porte de Serviços de Telecomunicações junto à ANATEL**
instituição do, **212**
[Resolução da ANATEL nº 698/2018]
- Comitê Interministerial para a Transformação Digital**
criação do, **200**
[Decreto nº 9.319/ 2018]
- Compartilhamento de Infraestrutura, 182**
- Compartilhamento de Infraestrutura**
Política Nacional de Segurança da Informação
dever de priorização da interoperabilidade de tecnologias, processos, informações e dados, com a promoção da integração e do compartilhamento de redes de telecomunicações da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, **203**
[Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018]
- Competição**
categorias de concentração de mercado nos municípios, **209**
[Resolução da ANATEL nº 694/2018]
- Conceitos Fundamentais, 182**
- Concentração de Mercado**
categorias de concentração de mercado nos municípios, **209**
[Resolução da ANATEL nº 694/2018]
- Concessão (regras aplicáveis), 185**
- Concessão**
Preço Público
disciplina do preço público para autorização, adaptação, consolidação e transferência de autorização, permissão ou concessão de serviços de telecomunicações de interesse coletivo ou restrito, **213**
[Resolução da ANATEL nº 702/2018]
- Radiodifusão Educativa**
condições e procedimentos de permissão e concessão para a execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, **206**
[Portaria MCTIC nº 3.238, de 20 de junho de 2018]
- Concorrência**
(ver Competição)
- Concorrência no Setor de Telecomunicações, 186**
- Condições de Uso de Radiofrequência e Canalização (Distribuição de Canais), 183**
- Conta Telefônica**
ADI 4019 / SP
lei estadual é incompetente para determinar a discriminação detalhada nas contas telefônicas das ligações locais, **215**
[STF - ADI 4019 / SP]
- Conteúdo Local**
Serviço de Retransmissão de Rádio (RTR) na Amazônia Legal
limites à inserção de programação local no, **199**

[Lei nº 13.649/2018]

Contratação de Obras

revogação da Res. 530/2009, que autorizava valores para aquisição ou alienação de bens móveis e imóveis e para contratação de obras e serviços de terceiros pela ANATEL independentemente de anuência do Conselho Diretor, **211**

[Resolução da ANATEL nº 696/2018]

Contratação de Serviços

revogação da Res. 530/2009, que autorizava valores para aquisição ou alienação de bens móveis e imóveis e para contratação de obras e serviços de terceiros pela ANATEL independentemente de anuência do Conselho Diretor, **211**

[Resolução da ANATEL nº 696/2018]

Conversor de TV Digital Terrestre

Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV

destinação de saldo remanescente relativo ao ressarcimento dos custos decorrentes da, **206**

[Portaria MCTIC nº 3.045, de 7 de junho de 2018]

CPPP

(*ver Comitê de Prestadoras de Pequeno Porte de Serviços de Telecomunicações junto à ANATEL*)

D

Dado Pessoal

dispõe sobre a proteção de dados pessoais e operações de tratamento de dados pessoais independentemente do meio, **199**

[Lei nº 13.709/2018]

Dados, 199

[Lei nº 13.709/2018]

Dano à Saúde

Regulamento sobre a Avaliação da Exposição Humana a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos Associados à Operação de Estações Transmissoras de Radiocomunicação aprovação do, **212**

[Resolução da ANATEL nº 700/2018]

Defesa do Usuário

(*ver Usuário*)

Deficiência Visual

Audiodescrição

exigência de que a cartela informativa de alteração de canal físico da TV Digital seja dotada de audiodescrição de seu texto feita repetidamente, **205**

[Portaria MCTIC nº 2.105, de 16 de abril de 2018]

Digitalização

(*ver também TV Digital*)

Radiodifusão

destinação de saldo remanescente relativo ao ressarcimento dos custos decorrentes da redistribuição e digitalização de canais de TV e RTV, **206**

[Portaria MCTIC nº 3.045, de 7 de junho de 2018]

exigência de exibição de cartela informativa pelas entidades que executam o serviço de radiodifusão de sons e imagens e o RTV em tecnologia digital que alterarem seu canal físico, **205**

[Portaria MCTIC nº 2.105, de 16 de abril de 2018]

regras para utilização de canais virtuais pelas entidades executantes dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, **203, 205**

[Portaria MCTIC nº 1.908, de 6 de abril de 2018] [Portaria MCTIC nº 699, de 6 de fevereiro de 2018]

Direito à Privacidade, 182

Direito Administrativo, 194

Direito de Uso de Radiofrequência, 183

Direito Penal, 194

Disque Denúncia

disciplina de recompensas por informações em investigações policiais, possibilidade de uso do Fundo Nacional de Segurança Pública e obrigatoriedade de divulgação do Disque-Denúncia em frotas de concessionárias de transportes terrestres, **198**

[Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018]

E**E-Digital**

(*ver* **Estratégia Brasileira para a Transformação Digital**)

E-Digital, 200

[Decreto nº 9.319/2018]

Equipamento de Radiação Restrita

(*ver* **Equipamento de Radiocomunicação de Radiação Restrita**)

Equipamento de Radiocomunicação de Radiação Restrita, 215

[Resolução da ANATEL nº 705/2018]

Regulamento sobre Equipamentos de Radiocomunicação de Radiação Restrita, **215**

[Resolução da ANATEL nº 705/2018]

Equipamentos de Telecomunicações, 183**Era da Informação, 182****Espécies de Outorga, 185****Espectro de Radiofrequência, 183****Espectro de Radiofrequências**

limites máximos de quantidade de, **214**

[Resolução da ANATEL nº 703/2018]

Estação do Serviço de Radioamador

disciplina do licenciamento da, **211**

[Resolução da ANATEL nº 697/2018]

Estado-Membro, 198**Estado-Membro**

Conta Telefônica

lei estadual é incompetente para determinar a discriminação detalhada nas contas telefônicas das ligações locais, **215**

[STF - ADI 4019 / SP]

Estratégia Brasileira para a Transformação Digital

(*ver também* **Rede Nacional de Governo Digital**)

definição e objetivos da, **200**

[Decreto nº 9.319/2018]

Execução Indireta

(*ver* **Execução Indireta (Lei Geral de Licitações)**)

Execução Indireta (Lei Geral de Licitações)

disciplina da execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, **201**

[Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018]

Exposição Humana a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos

Regulamento sobre a Avaliação da Exposição Humana a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos Associados à Operação de Estações Transmissoras de Radiocomunicação aprovação do, **212**

[Resolução da ANATEL nº 700/2018]

F**Faixa de Radiofrequência**

(*ver* **Espectro de Radiofrequências**)

Fiscalização das Telecomunicações, 184**FISTEL**

(*ver* **Fundo de Fiscalização das Telecomunicações**)

FM

(*ver* **Frequência Modulada**)

FNSP

(*ver* **Fundo Nacional de Segurança Pública**)

Frequência Modulada

Rádio AM

novo prazo para manifestação de interesse na adaptação de outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média para a execução do serviço de radiodifusão em frequência modulada, **200**

[Decreto nº 9.270 / 2018]

Rádio FM

novo prazo para manifestação de interesse na adaptação de outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média para a execução do serviço de radiodifusão em frequência modulada, **200**

[Decreto nº 9.270 / 2018]

Fundamentos, 182**Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, 207**

(*ver também* **Receita Administrada**)

[Resolução da ANATEL nº 690/2018]

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, 207

(*ver também* **Universalização**)

[Resolução da ANATEL nº 690/2018]

Fundo Nacional de Segurança Pública

Disque Denúncia

sua inclusão como projeto passível de apoio por parte do Fundo Nacional de Segurança Pública, **198**

[Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018]

Fundos Setoriais de Telecomunicações, 187 FUST*(ver Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações)***G****Governança Digital, 196****Governo Estadual***(ver Estado-Membro)***Governo Municipal***(ver Município)***H****Horário de Retransmissão Obrigatória do Programa Oficial dos Poderes da República, 198**

[Lei nº 13.644/2018]

I**Infração Penal**

Polícia Federal

sua competência para investigar crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, **198**

[Lei nº 13.642/ 2018]

Infraestrutura de Telecomunicações, 182**Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações, 182****Inserção Local de Programação, 199**

[Lei nº 13.649/2018]

Inserção Local de Publicidade, 199

[Lei nº 13.649/2018]

Interconexão, 183**Interconexão, 209***(ver também Regulamento Geral de Interconexão)*

[Resolução da ANATEL nº 693/2018]

Interesse Coletivo*(ver Serviço de Interesse Coletivo)***Interesse Coletivo, 213***(ver também Serviço de Interesse Coletivo)*

[Resolução da ANATEL nº 702/2018]

Interesse Restrito*(ver Serviço de Interesse Restrito)***Internet, 188, 195****INTERNET***(ver também Serviço de Valor Adicionado)*dispõe sobre a proteção de dados pessoais e operações de tratamento de dados pessoais independentemente do meio, **199**

[Lei nº 13.709/2018]

Polícia Federal

sua competência para investigar crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, **198**

[Lei nº 13.642/ 2018]

L**Legislação de Telecomunicações**lei estadual é incompetente para determinar a discriminação detalhada nas contas telefônicas das ligações locais, **215**

[STF - ADI 4019 / SP]

M**Marco Civil da Internet**altera o rol de exceções ao direito do usuário da internet de exclusão definitiva dos dados pessoais que tiver fornecido a determinada aplicação de internet, **199**

[Lei nº 13.709/2018]

Metas de Universalização, 187**Metas de Universalização***(ver também Plano Geral de Metas de Universalização)*

Recuperação Judicial

o processamento administrativo por descumprimento de metas de universalização não é suspenso pela condição de a prestadora estar em recuperação judicial, **215**

[Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 3 de janeiro de 2018 (Ref. nº 11/2018)]

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, 196**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 197****Modelagem Regulatória**

Autorregulação

orientação para que a ANATEL implemente e execute a regulação do

setor de telecomunicações com incentivo à autorregulação e mecanismos correlatos, **202**

[Decreto nº 9.612/2018]

Mora Administrativa

dela não resulta excludente de ilicitude ou atenuante ao uso não autorizado de radiofrequência na execução não outorgada do Serviço de Retransmissão de Televisão (RTV), **216**

[Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 20 de dezembro de 2018 (Ref. nº 726/2018)]

Multa

seu valor máximo por infração às disposições legais e regulamentares aos serviços de radiodifusão e seus ancilares, **203**

[Portaria MCTIC nº 353, de 19 de janeiro de 2018]

Município

categorias de concentração de mercado nos municípios, **209**

[Resolução da ANATEL nº 694/2018]

O

Obrigações de Universalização (ver Universalização)

P

Permissão (regras aplicáveis), 185

Permissão

Preço Público

disciplina do preço público para autorização, adaptação, consolidação e transferência de autorização, permissão ou concessão de serviços de telecomunicações de interesse coletivo ou restrito, **213**

[Resolução da ANATEL nº 702/2018]

Radiodifusão Educativa

condições e procedimentos de permissão e concessão para a execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, **206**

[Portaria MCTIC nº 3.238, de 20 de junho de 2018]

Pesquisa & Desenvolvimento, 187

PGCN

(ver Plano Geral de Códigos Nacionais)

PGMU

(ver Plano Geral de Metas de Universalização)

Plano Geral de Códigos Nacionais

alteração do, **213**

[Resolução da ANATEL nº 701/2018]

Plano Geral de Metas de Universalização

(ver também Metas de Universalização) a partir de, **202**

[Decreto nº 9.619/2018]

Plano Geral de Metas de Universalização do STFC no Regime Público

(ver também Universalização)

o processamento administrativo por descumprimento de metas de universalização não é suspenso pela condição de a prestadora estar em recuperação judicial, **215**

[Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 3 de janeiro de 2018 (Ref. nº 11/2018)]

Plano Nacional de Outorgas de Radiodifusão Educativa (PNO-Educ)

(ver PNO-Educ)

Plano Nacional de Outorgas de Radiodifusão Educativa (PNO-Educ)

sua divulgação periódico e diretrizes, **206**

[Portaria MCTIC nº 3.238, de 20 de junho de 2018]

PNBL

(ver Programa Nacional de Banda Larga)

PNO-Educ, 206

[Portaria MCTIC nº 3.238, de 20 de junho de 2018]

PNSI, 203

[Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018]

Poder Executivo, 196

Poder Judiciário, 197

Política Nacional de Segurança da Informação

instituição da, **203**

[Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018]

Política Pública de Telecomunicações

(ver Políticas de Telecomunicações)

Políticas de Telecomunicações, 186

Políticas de Telecomunicações

dispõe sobre as, **202**

[Decreto nº 9.612/2018]

Políticas Setoriais

(*ver Políticas de Telecomunicações*)

PPDUR
(*ver Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências*)

Preço Público
disciplina do preço público para autorização, adaptação, consolidação e transferência de autorização, permissão ou concessão de serviços de telecomunicações de interesse coletivo ou restrito, **213**
[Resolução da ANATEL nº 702/2018]

Preço Público e Preço Privado, 186

Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências
Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências
aprovação do, **210**
[Resolução da ANATEL nº 695/2018]

Presidência da República, 196

Prestação de Serviços, 185

Prestadora / Operadora, 197

Prestadora de Pequeno Porte
Comitê de Prestadoras de Pequeno Porte de Serviços de Telecomunicações junto à ANATEL
instituição do, **212**
[Resolução da ANATEL nº 698/2018]
uniformização do conceito de prestadora de pequeno porte, **214**
[Resolução da ANATEL nº 704/2018]

Princípio da Generalidade
(*ver Universalização*)

Processo Administrativo
racionalização de atos e procedimentos do, **199**
[Lei nº 13.726/2018]

Programa Brasil Inteligente
(*ver Brasil Inteligente*)

Programa Brasil Inteligente
extinção do, **202**
[Decreto nº 9.612/2018]

Programa Nacional de Banda Larga
extinção do, **202**
[Decreto nº 9.612/2018]

Programação Local
(*ver Inserção Local de Programação*)

Programação Local
Serviço de Retransmissão de Rádio (RTR) na Amazônia Legal

limites à inserção local de programação no, **199**

[Lei nº 13.649/2018]

Propaganda

(*ver Publicidade*)

Proteção do Usuário

(*ver Usuário*)

Publicidade, 199

[Lei nº 13.649/2018]

Publicidade Local

(*ver Inserção Local de Publicidade*)

Publicidade Local

Serviço de Retransmissão de Rádio (RTR) na Amazônia Legal

limites à inserção local de publicidade no, **199**

[Lei nº 13.649/2018]

R

Radioamador, 188

Radioamador

faixas de radiofrequência do, **211**

[Resolução da ANATEL nº 697/2018]

Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências pelo Serviço de Radioamador

aprovação do, **211**

[Resolução da ANATEL nº 697/2018]

Radioamador por Satélite

faixas de radiofrequências do, **211**

[Resolução da ANATEL nº 697/2018]

Radiodifusão, 189

Radiodifusão

(*ver também Radiodifusão Comunitária*)

(*ver também Radiodifusão Educativa*)

(*ver também Serviço de Retransmissão de Rádio*)

Adaptação de Outorga

prazo para manifestação de interesse na adaptação de outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média para a execução do serviço de radiodifusão em frequência modulada, **200**

[Decreto nº 9.270 / 2018]

Multa

seu valor máximo por infração às disposições legais e regulamentares aos serviços de radiodifusão e seus ancilares, **203**

- [Portaria MCTIC nº 353, de 19 de janeiro de 2018]
- Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV**
destinação de saldo remanescente relativo ao ressarcimento dos custos decorrentes da, **206**
[Portaria MCTIC nº 3.045, de 7 de junho de 2018]
- Serviço de Retransmissão de Televisão**
condições, critérios e procedimentos de autorização para a execução do RTV, **207**
[Portaria MCTIC nº 6.197, de 5 de dezembro de 2018]
- Voz do Brasil**
definição do horário de retransmissão da, **198**
[Lei nº 13.644/2018]
- Radiodifusão Comunitária**
(*ver também Radiodifusão*)
Plano Nacional de Outorgas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária aprovação do, **204**
[Portaria MCTIC nº 720, de 7 de fevereiro de 2018]
- Processo Administrativo**
regulamentação do, **204–205**
[Portaria MCTIC nº 1.909, de 5 de abril de 2018] [Portaria MCTIC nº 1.976, de 12 de abril de 2018]
- Radiodifusão Educativa**
(*ver também Radiodifusão*)
condições e procedimentos de permissão e concessão para a execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, **206**
[Portaria MCTIC nº 3.238, de 20 de junho de 2018]
- Radiofrequência**
(*ver Espectro de Radiofrequências*)
- Ramos Jurídicos Afins, 194**
- Reajuste Tarifário**
(*ver também Serviço Telefônico Fixo Comutado*)
inclusão de dever à prestadora de serviços de telecomunicações para que divulgue os reajustes realizados nos últimos cinco anos, **199**
[Lei nº 13.673/2018]
- Receita Administrada**
(*ver também Fundo de Fiscalização das Telecomunicações*)
(*ver também Tributo*)
Compensação de Receita Administrada regulamentação da, **207**
[Resolução da ANATEL nº 690/2018]
Restituição de Receita Administrada regulamentação da, **207**
[Resolução da ANATEL nº 690/2018]
- Recuperação Judicial**
o processamento administrativo por descumprimento de metas de universalização não é suspenso pela condição de a prestadora estar em recuperação judicial, **215**
[Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 3 de janeiro de 2018 (Ref. nº 11/2018)]
- Rede Gov.Br, 201**
[Decreto nº 9.584/2018]
- Rede Nacional de Governo Digital, 201**
(*ver também Estratégia Brasileira para a Transformação Digital*)
[Decreto nº 9.584/2018]
instituição da, **201**
[Decreto nº 9.584/2018]
- Redes de Telecomunicações, 183**
- Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV**
destinação de saldo remanescente relativo ao ressarcimento dos custos decorrentes da, **206**
[Portaria MCTIC nº 3.045, de 7 de junho de 2018]
- Regulador**
Centro de Altos Estudos em Telecomunicações criação do, **208**
[Resolução da ANATEL nº 691, de 22 de fevereiro de 2018]
- Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências**
aprovação do, **210**
[Resolução da ANATEL nº 695/2018]
- Regulamento de Restituição e Compensação das Receitas Administradas pela ANATEL**
aprovação do, **207**
[Resolução da ANATEL nº 690/2018]
- Regulamento de Tarifação do STFC**
alteração do, **213**
[Resolução da ANATEL nº 701/2018]

Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão

alteração do, **201**

[Decreto nº 9.479, de 22 de agosto de 2018]

Regulamento Geral de Interconexão

(*ver também* Interconexão)

aprovação do, **209**

[Resolução da ANATEL nº 693/2018]

Regulamento sobre a Avaliação da Exposição Humana a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos Associados à Operação de Estações Transmissoras de Radiocomunicação

aprovação do, **212**

[Resolução da ANATEL nº 700/2018]

Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC

alteração do, **212–213**

[Resolução da ANATEL nº 699/2018]

[Resolução da ANATEL nº 701/2018]

Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências pelo Serviço de Radioamador

aprovação do, **211**

[Resolução da ANATEL nº 697/2018]

Regulamento sobre Equipamentos de Radiocomunicação de Radiação Restrita, 215

[Resolução da ANATEL nº 705/ 2018]

Restrito

(*ver* Serviço de Interesse Restrito)

Retransmissão de TV

(*ver* Serviço de Retransmissão de Televisão)

Risco à Saúde

Regulamento sobre a Avaliação da Exposição Humana a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos Associados à Operação de Estações Transmissoras de Radiocomunicação aprovação do, **212**

[Resolução da ANATEL nº 700/2018]

RTR

(*ver* Serviço de Retransmissão de Rádio)

RTV

(*ver* Serviço de Retransmissão de Televisão)

S

Sanção

Mora Administrativa

dela não resulta excludente de ilicitude ou atenuante ao uso não autorizado de radiofrequência na execução não outorgada do Serviço de Retransmissão de Televisão (RTV), **216**

[Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 20 de dezembro de 2018 (Ref. nº 726/2018)]

Saúde

Regulamento sobre a Avaliação da Exposição Humana a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos Associados à Operação de Estações Transmissoras de Radiocomunicação aprovação do, **212**

[Resolução da ANATEL nº 700/2018]

SCM

(*ver* Serviço de Comunicação Multimídia)

Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), 191

Serviço de Acesso Condicionado

Concentração de Mercado

categorias de concentração de mercado nos municípios, **209**

[Resolução da ANATEL nº 694/2018]

definições de capacidade útil total, grade de programação e ponto de entrega dos sinais da programação, **209**

[Resolução da ANATEL nº 692/ 2018]

Serviço de Valor Adicionado

sua oferta concomitante ao SeAC não desobriga a prestadora de SeAC a disponibilizar os Canais de Programação de Distribuição Obrigatória, **209**

[Resolução da ANATEL nº 692/ 2018]

Unidade Receptora Decodificadora

direito à URD que permita a utilização de recursos de acessibilidade no SeAC, **209**

[Resolução da ANATEL nº 692/ 2018]

Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), 191**Serviço de Comunicação Multimídia**

Concentração de Mercado

categorias de concentração de mercado nos municípios, **209**

[Resolução da ANATEL nº 694/2018]

Prestadora de Pequeno Porte

uniformização do conceito de prestadora de pequeno porte, **214**

[Resolução da ANATEL nº 704/2018]

Serviço de Interesse Coletivo**(ver também Interesse Coletivo)**

Preço Público

disciplina do preço público para autorização, adaptação, consolidação e transferência de autorização, permissão ou concessão de serviços de telecomunicações de interesse coletivo ou restrito, **213**

[Resolução da ANATEL nº 702/2018]

Serviço de Interesse Restrito

Preço Público

disciplina do preço público para autorização, adaptação, consolidação e transferência de autorização, permissão ou concessão de serviços de telecomunicações de interesse coletivo ou restrito, **213**

[Resolução da ANATEL nº 702/2018]

Serviço de Radioamador**(ver Radioamador)****Serviço de Radiodifusão, 188****Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens****(ver Radiodifusão)****Serviço de Radiodifusão Sonora****(ver Radiodifusão)****Serviço de Repetição de Televisão (RpTV), 191****Serviço de Retransmissão de Rádio (RTR), 190****Serviço de Retransmissão de Rádio, 199****(ver também Radiodifusão)**

[Lei nº 13.649/2018]

Serviço de Retransmissão de Rádio (RTR) na Amazônia Legal disciplina do, **199**

[Lei nº 13.649/2018]

Serviço de Retransmissão de Televisão (RTV), 190**Serviço de Retransmissão de Televisão**

Autorização

condições, critérios e procedimentos de autorização para a execução do RTV, **207**

[Portaria MCTIC nº 6.197, de 5 de dezembro de 2018]

Mora Administrativa

dela não resulta excludente de ilicitude ou atenuante ao uso não autorizado de radiofrequência na execução não outorgada do Serviço de Retransmissão de Televisão (RTV), **216**

[Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 20 de dezembro de 2018 (Ref. nº 726/2018)]

Serviço de Valor Acrescentado**(ver Serviço de Valor Adicionado)****Serviço de Valor Acrescido****(ver Serviço de Valor Adicionado)****Serviço de Valor Adicionado****(ver também INTERNET)**sua oferta concomitante ao SeAC não desobriga a prestadora de SeAC a disponibilizar os Canais de Programação de Distribuição Obrigatória, **209**

[Resolução da ANATEL nº 692/2018]

Serviço Móvel Pessoal (SMP), 192**Serviço Móvel Pessoal**

Concentração de Mercado

categorias de concentração de mercado nos municípios, **209**

[Resolução da ANATEL nº 694/2018]

Espectro de Radiofrequências

limites máximos de quantidade de, **214**

[Resolução da ANATEL nº 703/2018]

Prestadora de Pequeno Porte

uniformização do conceito de prestadora de pequeno porte, **214**

[Resolução da ANATEL nº 704/2018]

Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), 193**Serviço Telefônico Fixo Comutado, 193****(ver também Reajuste Tarifário)**

Plano Geral de Outorgas

alteração do, **213**

[Resolução da ANATEL nº 701/2018]

Prestadora de Pequeno Porte

uniformização do conceito de prestadora de pequeno porte, **214**

[Resolução da ANATEL nº 704/2018]

Serviços no Setor de Telecomunicações, 188

Sigilo

Política Nacional de Segurança da Informação

instituição da, **203**

[Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018]

Sigilo em Telecomunicações, 188

SinDigital, 200

[Decreto nº 9.319/ 2018]

Sistema Nacional para a Transformação Digital (SinDigital)

(*ver SinDigital*)

Sistema Nacional para a Transformação Digital

instituição do, **200**

[Decreto nº 9.319/ 2018]

Sistema TELEBRAS

(*ver Telecomunicações Brasileiras S.A.*)

SMP

(*ver Serviço Móvel Pessoal*)

STF, 197

(*ver Supremo Tribunal Federal*)

STFC

(*ver Serviço Telefônico Fixo Comutado*)

Supremo Tribunal Federal

lei estadual é incompetente para determinar a discriminação detalhada nas contas telefônicas das ligações locais, **215**

[STF - ADI 4019 / SP]

SVA

(*ver Serviço de Valor Adicionado*)

T

TELEBRAS

(*ver Telecomunicações Brasileiras S.A.*)

Telecomunicações Brasileiras S.A.

Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal

mantida a atribuição de sua implementação após substituição do Programa Nacional de Banda Larga e do Programa Brasil Inteligente pelas políticas públicas de telecomunicações aprovadas pelo Decreto 9.612, de 17 de dezembro de 2018, **202**

[Decreto nº 9.612/2018]

Universidade

mantida a atribuição de prestação de apoio e suporte às políticas públicas

de conexão à internet em banda larga para universidades, centros de pesquisa, escolas, hospitais, postos de atendimento, tele centros comunitários e outros pontos de interesse público após substituição do Programa Nacional de Banda Larga e do Programa Brasil Inteligente pelas políticas públicas de telecomunicações aprovadas pelo Decreto 9.612, de 17 de dezembro de 2018, **202**

[Decreto nº 9.612/2018]

Telefone Fixo

Regulamento sobre a Avaliação da Exposição Humana a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos Associados à Operação de Estações Transmissoras de Radiocomunicação aprovação do, **212**

[Resolução da ANATEL nº 700/2018]

Televisão Digital

(*ver TV Digital*)

Transporte Terrestre

obrigatoriedade de divulgação do Disque-Denúncia em frotas de concessionárias de transportes terrestres, **198**

[Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018]

Tributação no Setor de Telecomunicações, 184

Tributo, 207

(*ver também Receita Administrada*)

[Resolução da ANATEL nº 690/2018]

TV Digital

(*ver também Digitalização*)

Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV

destinação de saldo remanescente relativo ao ressarcimento dos custos decorrentes da, **206**

[Portaria MCTIC nº 3.045, de 7 de junho de 2018]

U

UHF

(*ver Ultra High Frequency (Frequência Ultra Alta)*)

Ultra High Frequency (Frequência Ultra Alta)

dispensa da disponibilização dos Canais de Programação de Distribuição

Obrigatória de estação de prestadora de SeAC que opera em lagura de banda de 6 MHz na faixa de, **209**

[Resolução da ANATEL nº 692/ 2018]

Unidade Receptora Decodificadora
(*ver* **Unidade Receptora Decodificadora**)
(*ver* **URD**)

Unidade Receptora Decodificadora

direito à URD que permita a utilização de recursos de acessibilidade no SeAC, **209**

[Resolução da ANATEL nº 692/ 2018]

Universalização, 215

(*ver também* **Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações**)

(*ver também* **Plano Geral de Metas de Universalização do STFC no Regime Público**)

[Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 3 de janeiro de 2018 (Ref. nº 11/2018)]

Políticas de Telecomunicações

orientação dos compromissos de expansão dos serviços de telecomunicações fixados pela ANATEL, **202**

[Decreto nº 9.612/2018]

Telecomunicações Brasileiras S.A.

mantidas certas atribuições de universalização após substituição do Programa Nacional de Banda Larga e do Programa Brasil Inteligente pelas políticas públicas de telecomunicações aprovadas pelo Decreto 9.612, de 17 de dezembro de 2018, **202**

[Decreto nº 9.612/2018]

Universalização e Massificação, 187

URD

(*ver* **Unidade Receptora Decodificadora**)

URD, 209

[Resolução da ANATEL nº 692/ 2018]

Uso em Caráter Primário

(*ver* **Uso em Caráter Primário (Radiofrequência)**)

Uso em Caráter Primário (Radiofrequência)

Serviço de Retransmissão de Televisão

sua autorização para execução em caráter primário restrito às concessionárias do serviço de radiodifusão de sons e imagens, **207**

[Portaria MCTIC nº 6.197, de 5 de dezembro de 2018]

Usuário

Acesso a Informação

inclusão de dever à prestadora de serviços de telecomunicações para que divulgue, de forma clara e de fácil compreensão pelos usuários, tabela com o valor das tarifas e preços praticados e a evolução dos reajustes realizados nos últimos cinco anos, **199**

[Lei nº 13.673/2018]

INTERNET

altera o rol de exceções ao direito do usuário da internet de exclusão definitiva dos dados pessoais que tiver fornecido a determinada aplicação de internet, **199**

[Lei nº 13.709/2018]

Usuário / Consumidor, 197

V

Valor Adicionado

(*ver* **Serviço de Valor Adicionado**)

Voz do Brasil

(*ver* **Horário de Retransmissão Obrigatória do Programa Oficial dos Poderes da República**)

Voz do Brasil

definição do horário de retransmissão da, **198**

[Lei nº 13.644/2018]

